



Ministério da Fazenda



Receita Federal

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL
GABINETE

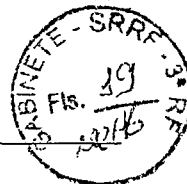
RUA BARÃO DE ARACATI, 909 - 4º ANDAR - CEP 60115-901 - ALDEOTA - FORTALEZA - CE
TEL. (085) 3878-3400 - FAX (85) 3878-3483



RELATÓRIO DE GESTÃO

EXERCÍCIO 2007

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA
FEDERAL DO BRASIL NA 3ª REGIÃO FISCAL E
UNIDADES JURISDICIONADAS**



RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO 2007

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL 3ª REGIÃO FISCAL E UNIDADES JURISDICIONADAS

RELATÓRIO DE GESTÃO *elaborado de acordo com a seguinte legislação:*

- INSTRUÇÃO NORMATIVA TCU Nº 47, DE 27 DE OUTUBRO DE 2004
- DECISÃO NORMATIVA TCU Nº. 85 DE 19 DE SETEMBRO DE 2007
- DECISÃO NORMATIVA TCU Nº 88 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2007
- PORTARIA CGU Nº 1.950, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2007, QUE REGULAMENTA A NORMA DE EXECUÇÃO Nº 05/2007 DA CGU-PR.

1. IDENTIFICAÇÃO

Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil 3ª Região Fiscal
SRRF03

1.1. Número do CNPJ

UNIDADE	Nº DO CNPJ
SRRF03	00.394.460/0078-20

1.2. Natureza Jurídica

Órgão Público do Poder Executivo Federal

1.3. Vinculação Ministerial

Ministério da Fazenda

1.4. Endereço completo da sede (logradouro, bairro, cidade, CEP, UF, números de telefones e fac-símile para contato)

UNIDADE	ENDEREÇO
SRRF03	Rua Barão de Aracati, 909 – 4º andar - Aldeota CEP 60115-080 - Fortaleza – CE Fone: (85) 3878-3400 Fax (85) 3878-3483

1.5. Endereço Institucional na Internet para todas as unidades

www.receita.fazenda.gov.br

Código e nome do Órgão, Gestão e Unidades Gestoras (UG) utilizadas no SIAFI:

Código: 25801 – Nome: Receita Federal do Brasil



No exercício de 2007, as Unidades Gestoras trabalharam dentro da Gestão TESOIRO (00001).

CÓDIGO DA UG	NOME DA UG
170040	SUP. REGIONAL RECEITA FEDERAL DO BRASIL - SRRF03
170028	DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE SÃO LUIS/MA
170030	DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE IMPERATRIZ/MA
170035	DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE TERESINA/PI
170041	DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FORTALEZA/CE
170042	DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE JUAZ.NORTE/CE
170108	ALFÂNDEGA PORTO DE FORTALEZA
170225	ALFÂNDEGA PORTO DE SÃO LUIS/MA
170330	DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE SOBRAL/CE
170337	DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FLORIANO/PI
170387	ALFÂNDEGA AEROPORTO. INTERN. PINTO MARTINS/CE

1.7. Normas de criação e finalidade

Decreto Nº 63.659 de 20 de novembro de 1968, alterado pela Lei 11.457, de 16 de março de 2007; Regimento Interno aprovado pela Portaria MF nº 95, de 20 de abril de 2007, alterada pela Portaria MF 323, de 19 de dezembro de 2007; Estrutura atual definida pelo Decreto 6.313, de 19 de dezembro de 2007.

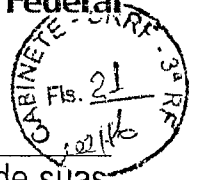
1.8 Situação da unidade quanto ao funcionamento: Em funcionamento.

1.9 FUNÇÃO DE GOVERNO PREDOMINANTE: ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA FEDERAL.

1.10 TIPO DE ATIVIDADE: COORDENAÇÃO, SUPERVISÃO E ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES QUE COMPÕEM O PLANO ESTRATÉGICO E TÁTICO-OPERACIONAL DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA.

2. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

A criação da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, decorrente da unificação entre a Secretaria da Receita Federal – SRF e Secretaria da Receita Previdenciária – SRP a partir da Lei 11.457 /2007, teve como objetivo aprimorar a eficácia e a efetividade da administração tributária federal por meio da integração e racionalização dos esforços e de recursos e pela obtenção de sinergia entre setores, unidades organizacionais, processos de trabalho, equipes e pessoas. Pretende-se, portanto, alcançar a melhoria na qualidade dos serviços prestados e do controle fiscal, otimizando a arrecadação tributária e o controle do fluxo do comércio exterior. Adicionalmente, deverá haver uma redução de custos não somente da administração



federal, mas principalmente do próprio cidadão no que tange ao cumprimento de suas obrigações tributárias.

Desta forma, os objetivos da criação da RFB podem ser assim sintetizados:

- maior interação com a sociedade, constituindo-se numa representação única do fisco federal e promovendo a prestação de serviços de excelência, permitindo a redução do custo do cumprimento das obrigações tributárias por parte dos contribuintes;
- modernização e excelência, permitindo a integração de pessoas, processos e sistemas na busca de maior eficiência, eficácia e efetividade;
- garantia do financiamento do Estado, inclusive da Previdência Social.

A RFB é o órgão central de direção superior da Administração Tributária, subordinado diretamente ao Ministro da Fazenda, exercendo as funções básicas de controle, normatização, arrecadação e fiscalização dos tributos - inclusive os tributos aduaneiros - e contribuições federais - inclusive as previdenciárias. Atua também, em nível de assessoramento, na formulação das políticas tributária e aduaneira do País e é responsável, ainda, pelo julgamento, em primeira instância, do contencioso administrativo-fiscal.

O papel institucional da RFB com relação às políticas públicas é expresso por meio da **missão institucional**, a qual é formada por três elementos.

- Prover o Estado de recursos para garantir o bem-estar social

Promover a arrecadação de tributos, inclusive previdenciários, atuando nas etapas complementares de controle das obrigações tributárias, constituição do crédito tributário, controle e recuperação do crédito tributário, até a etapa final de realização da arrecadação ou dos ingressos tributários que irão financiar os gastos públicos a favor do bem-estar social. Estão incluídos nesta formulação: o combate aos crimes contra a ordem tributária e a contribuição para o aprimoramento da política tributária e aduaneira. A sociedade é a beneficiária final da atuação da instituição.

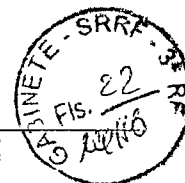
- Prestar serviços de excelência à sociedade

Cumprir e fazer cumprir a legislação tributária e aduaneira, facilitando e estimulando o atendimento das obrigações tributárias, inclusive previdenciárias, com redução dos custos de cumprimento por parte do contribuinte e de gestão por parte da Secretaria Receita Federal do Brasil, pautando-se pela ética, imparcialidade e justiça fiscal. Atuar com eficiência, eficácia e efetividade.



SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL
GABINETE

RUA BARÃO DE ARACATI, 909 – 4º ANDAR – CEP 60115-901 -ALDEOTA -FORTALEZA -CE
TEL. (085) 3878-3400 - FAX (85) 3878-3483



- Prover segurança, confiança e facilitação para o comércio internacional

Promover segurança da economia – proteção à concorrência e proteção tarifária contra a concorrência; segurança da sociedade – segurança pública, proteção ao patrimônio ambiental e cultura e dos direitos dos consumidores; segurança internacional no âmbito dos compromissos internacionais do País em matéria de cooperação e assistência, na busca de um comércio seguro contra as ameaças internacionais – crime organizado transnacional e terrorismo; confiança no comércio internacional para um comércio internacional legítimo – bens lícitos, proteção a propriedade intelectual internacional, proteção aos espécimes ameaçados de extinção internacional; facilitação do comércio internacional – controle aduaneiro com racionalidade, transparência e eficiência, visando a prosperidade, segurança e bem-estar da sociedade.

Os **valores institucionais** que norteiam as ações da RFB e seu corpo funcional são: respeito ao cidadão, integridade, lealdade com a instituição, legalidade e profissionalismo.

A **visão de futuro** para 2015 a RFB busca ser uma organização modelo de excelência em gestão, referência nacional e internacional em administração tributária e aduaneira.

As competências da Secretaria da Receita Federal do Brasil estão de acordo com a Portaria MF nº 95 de 20/04/2007, alterado pelas Portarias MF nº 225 de 5/9/2007, nº 323 de 19/12/2007 e nº 23 de 30/01/2008:

I - planejar, coordenar, supervisionar, executar, normatizar, controlar e avaliar as atividades de administração tributária federal, inclusive as relativas às contribuições sociais destinadas ao financiamento da previdência social e de outras entidades e fundos, na forma da legislação em vigor;

II - propor medidas de aperfeiçoamento e regulamentação e a consolidação da legislação tributária federal;

III - interpretar e aplicar a legislação tributária, aduaneira, de custeio previdenciário e correlata, editando os atos normativos e as instruções necessárias à sua execução;

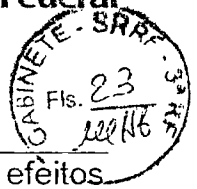
IV - estabelecer obrigações tributárias acessórias, inclusive disciplinar a entrega de declarações;

V - preparar e julgar, em primeira instância, processos administrativos de determinação e exigência de créditos tributários da União, relativos aos tributos e contribuições por ela administrados;

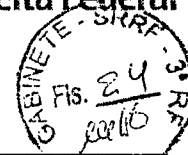


SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL
GABINETE

RUA BARÃO DE ARACATI, 909 – 4º ANDAR – CEP 60115-901 -ALDEOTA -FORTALEZA -CE
TEL. (085) 3878-3400 - FAX (85) 3878-3483



- VI - acompanhar a execução das políticas tributária e aduaneira e estudar seus efeitos na economia do País;
- VII - dirigir, supervisionar, orientar, coordenar e executar os serviços de fiscalização, lançamento, cobrança, arrecadação, recolhimento e controle dos tributos e contribuições e demais receitas da União, sob sua administração;
- VIII - realizar a previsão, o acompanhamento, a análise e o controle das receitas sob sua administração, bem como coordenar e consolidar as previsões das demais receitas federais, para subsidiar a elaboração da proposta orçamentária da União;
- IX - propor medidas destinadas a compatibilizar os valores previstos na programação financeira federal com a receita a ser arrecadada;
- X - estimar e quantificar a renúncia de receitas administradas e avaliar os efeitos das reduções de alíquotas, das isenções tributárias e dos incentivos ou estímulos fiscais, ressalvada a competência de outros órgãos que também tratam desses assuntos;
- XI - promover atividades de integração, entre o fisco e o contribuinte, e de educação tributária, bem assim preparar, orientar e divulgar informações tributárias;
- XII - formular e estabelecer política de informações econômico-fiscais e implementar sistemática de coleta, tratamento e divulgação dessas informações;
- XIII - celebrar convênios com os órgãos e entidades da administração federal e entidades de direito público ou privado, para permuta de informações, racionalização de atividades e realização de operações conjuntas;
- XIV - gerir o Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização - FUNDAF, a que se refere o Decreto-Lei no 1.437, de 1975;
- XV - negociar e participar de implementação de acordos, tratados e convênios internacionais pertinentes à matéria tributária e aduaneira;
- XVI - dirigir, supervisionar, orientar, coordenar e executar os serviços de administração, fiscalização e controle aduaneiros, inclusive no que diz respeito a alfandegamento de áreas e recintos;
- XVII - dirigir, supervisionar, orientar, coordenar e executar o controle do valor aduaneiro e de preços de transferência de mercadorias importadas ou exportadas, ressalvadas as competências do Comitê Brasileiro de Nomenclatura;
- XVIII - dirigir, supervisionar, orientar, coordenar e executar as atividades relacionadas com nomenclatura, classificação fiscal e origem de mercadorias, inclusive representando o País em reuniões internacionais sobre a matéria;
- XIX - participar, observada a competência específica de outros órgãos, das atividades de repressão ao contrabando, ao descaminho e ao tráfico ilícito de entorpecentes e de drogas afins, e à lavagem de dinheiro;

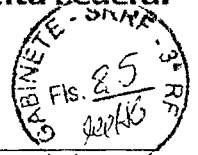


- XX - administrar, controlar, avaliar e normatizar o Sistema Integrado de Comércio Exterior - SISCOMEX, ressalvadas as competências de outros órgãos;
- XXI - articular-se com entidades e organismos internacionais e estrangeiros com atuação no campo econômico-tributário e econômico-previdenciário, para realização de estudos, conferências técnicas, congressos e eventos semelhantes;
- XXII – elaborar proposta de atualização do plano de custeio da seguridade social, em articulação com os demais órgãos envolvidos; e
- XXIII - orientar, supervisionar e coordenar as atividades de produção e disseminação de informações estratégicas na área de sua competência, destinadas ao gerenciamento de riscos ou à utilização por órgãos e entidades participantes de operações conjuntas, visando à prevenção e o combate às fraudes e práticas delituosas no âmbito da administração tributária federal e aduaneira.

No âmbito da 3ª Região Fiscal que abrange os Estados do Ceará, Maranhão e Piauí, as competências da RFB são exercidas, conforme previsto no Regimento Interno, pela Superintendência da Receita Federal do Brasil e suas Unidades subordinadas, cabendo àquela gerenciar de forma coordenada, nos níveis estratégico e tático, a Administração Tributária Federal. É sua responsabilidade facilitar a atuação operacional das diversas Unidades sob sua jurisdição, de forma sinérgica, com vistas a prover o Estado brasileiro dos recursos necessários ao cumprimento do seu papel constitucional de assegurar o bem-estar social, incluindo a manutenção da Previdência Social Pública, além de prestar um serviço de excelência à sociedade e facilitar um ambiente propício ao desenvolvimento de um comércio internacional seguro, confiável e integrado às melhores práticas mundiais em termos de Administração Tributária.

Os aspectos acima enfocados que consubstanciam uma gestão moderna e efetiva, serão mensurados a partir do desempenho operacional que compõe o item “5” deste relatório e remete às metas quantitativas e qualitativas imputadas à Instituição como estratégia de consecução das suas Responsabilidades Institucionais que se vinculam, de forma coerente, à sua missão, seus valores e sua visão de futuro.

Em resumo, cabe à Receita Federal do Brasil o importante e decisivo papel de suprir o Estado brasileiro dos recursos necessários a sua existência, mantendo a ordem e o bem-estar social, patrocinando a segurança pública, a educação, a soberania nacional, cuidando do comércio exterior, além de garantir a dignidade dos



seus cidadãos e de suas cidadãs por meio de uma Previdência pública solidária e universal.

Em 2007 o Congresso Nacional aprovou e o Presidente da República sancionou a Lei 11.457/2007 que uniu as Secretarias da Receita Federal e da Receita Previdenciária, criando a Secretaria da Receita Federal do Brasil (Receita Federal do Brasil) que passou a ser responsável pela administração de todos os tributos federais, incluindo a Contribuição Previdenciária, até então administrada pela Secretaria da Receita Previdenciária. Tal fato representou o aumento de 3,8 bilhões na arrecadação de tributos da 3ª Região Fiscal para o ano de 2007, além de um esforço de adaptação cultural pela agregação de 482 servidores da extinta SRP, sendo 177 auditores-fiscais e 305 servidores administrativos.

3. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO

A RFB está estruturada em dois níveis, central e descentralizado. O primeiro nível, composto pelas Unidades Centrais, desenvolve atividades normativas, de supervisão e de planejamento; o segundo nível, composto por órgãos regionais e locais, desempenha as funções de execução e de operação. A estrutura funcional permite a cada nível desenvolver as funções básicas da Administração Tributária e Aduaneira.

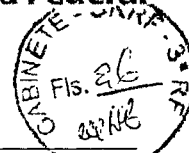
A função de dirigente da instituição é exercida pelo Secretário da Receita Federal do Brasil, que ocupa o cargo de maior nível hierárquico da RFB, sendo auxiliado por 6 (seis) Secretários-Adjuntos. Estão diretamente subordinadas ao Secretário as Unidades Centrais, as Superintendências Regionais (SRRF) e as Delegacias de Julgamento da Receita Federal (DRJ).

As Unidades Centrais compreendem as Unidades de Assessoramento Direto e as Unidades de Atividades Específicas, a saber:

➤ **Unidades de Assessoramento Direto:**

Gabinete – Gabin: Assiste o Secretário em sua representação social, no preparo e despacho do expediente e no relacionamento com a Imprensa; acompanha as matérias de interesse da Secretaria junto ao Congresso Nacional.

Assessoria Especial – Aresp: Atua nas atividades de apoio técnico-jurídico ao Secretário e seus Adjuntos; assessora o Gabinete no exame e elaboração de proposição de atos legais, regulamentares e administrativos, e de propostas de



convênio, de ajuste e de protocolo a serem firmados pelo Secretário; coordena programas, atividades e trabalhos especiais, por designação do Secretário.

Assessoria de Assuntos Internacionais – Asain: Assessora o Secretário no que se refere à negociação, celebração e aplicação de acordos internacionais de assistência mútua, de intercâmbio de informações de natureza tributária e aduaneira, e para evitar dupla tributação e prevenir a evasão fiscal; presta informações e atendimento a entidades estrangeiras e a organismos internacionais; coordena as atividades dos Adidos Tributários e Aduaneiros junto às Missões Diplomáticas ou às Repartições Consulares brasileiras no exterior.

Assessoria de Comunicação Social – Ascom: Coordena as atividades de comunicação social interna e externa no âmbito da RFB.

Coordenação-Geral de Política Tributária – Copat: Realiza estudos econômicos e estatísticos relativos a matéria tributária e aduaneira; produz subsídios à formulação e à avaliação da política tributária.

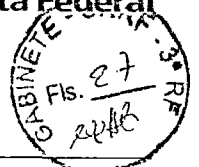
Corregedoria-Geral – Coger: Coordena, orienta, executa, controla e avalia as atividades de correção, com a finalidade de promover ações preventivas e repressivas relativas à ética e à disciplina funcionais dos servidores; verifica os aspectos disciplinares dos feitos fiscais e de outros procedimentos administrativos.

Coordenação-Geral de Auditoria Interna – Audit: coordena as atividades relativas com o estabelecimento de políticas e diretrizes de atuação preventiva e corretiva para a RFB, executa as auditorias internas nas unidades centrais e descentralizadas e acompanha e avalia o cumprimento das recomendações emitidas pelos órgãos de controle interno e externo e da própria auditoria interna.

Coordenação-Geral de Planejamento, Organização e Avaliação Institucional – Copav: Coordena as atividades relacionadas com o planejamento e a avaliação institucional, promovendo a integração das ações das unidades da RFB; avalia, em caráter permanente, o modelo organizacional da RFB, propondo o aperfeiçoamento de processos de trabalho, a criação, a transformação e a extinção de unidades organizacionais.

Coordenação-Geral de Gestão de Riscos – Cgris: Coordena as atividades relacionadas com a implementação e a disseminação da metodologia em gestão de riscos na RFB.

Coordenação-Geral de Previsão e Análise – Copan: Coordena as atividades relacionadas com a elaboração e o acompanhamento da previsão e análise da



arrecadação das receitas administradas, e das renúncias decorrentes da concessão de benefícios de natureza tributária, disseminando estatísticas e análises sobre o comportamento da arrecadação.

Coordenação Especial de Articulação Parlamentar – Copar: Coordena as atividades relacionadas com o acompanhamento da tramitação de proposição legislativa envolvendo matéria de competência da RFB no âmbito do Congresso Nacional, executando a articulação política junto a parlamentares sobre proposição de interesse da RFB.

Coordenação Especial de Operações Aéreas – Ceoar: Coordena as atividades em que sejam empregados meios aéreos, e prestar apoio aéreo às operações desenvolvidas pela RFB.

➤ **Unidades de Atividades Específicas:**

Coordenação-Geral de Tributação – Cosit: Planeja e controla as atividades de tributação; interpreta a legislação tributária e correlata, expedindo orientação normativa; e aprecia as propostas de alteração de legislação tributária.

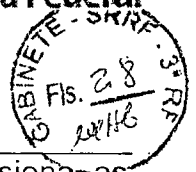
Coordenação Especial de Gestão de Cadastros – Cocad: À Coordenação Especial de Gestão de Cadastros – Coordena as atividades relacionadas com os cadastros da RFB.

Coordenação-Geral de Interação com o Cidadão – Coint: Coordena as atividades relacionadas à interação com o cidadão, incluindo os estudos e projetos relativos às atividades de Atendimento Presencial e à Distância, Ouvidoria e Educação Fiscal.

Coordenação-Geral de Arrecadação e Cobrança – Codac: Planeja, orienta e supervisiona as atividades relacionadas com as atividades relacionadas com arrecadação, classificação de receitas, cobrança e demais atividades relacionadas à administração do crédito tributário da RFB.

Coordenação-Geral de Contencioso Administrativo e Judicial – Cocaj: Coordena as atividades do contencioso administrativo e judicial no âmbito da RFB, e supervisionar as atividades das DRJ.

Coordenação Especial de Acompanhamento dos Maiores Contribuintes – Comac: Coordena as atividades relacionadas com acompanhamento econômico-tributário dos maiores contribuintes.



Coordenação-Geral de Fiscalização – Cofis: Planeja, orienta e supervisiona as atividades de fiscalização dos tributos e contribuições administrados pela RFB, exceto as relativas a tributos sobre o comércio exterior.

Coordenação-Geral de Administração Aduaneira – Coana: Planeja, orienta e supervisiona as atividades relativas ao controle aduaneiro do comércio exterior, cabendo-lhe expedir orientação normativa destinada a uniformizar os procedimentos aduaneiros; planeja, orienta e supervisiona as atividades de fiscalização dos tributos sobre o comércio exterior.

Coordenação Especial de Vigilância e Repressão Aduaneira – Corep: Coordena as atividades relativas à segurança de áreas e recintos aduaneiros, ao controle de cargas, trânsito aduaneiro e à vigilância e repressão aduaneira.

Coordenação-Geral de Pesquisa e Investigação – Copei: Planeja, coordena e controla as atividades de pesquisa e investigação sobre as práticas de evasão, contrabando e fraudes fiscais; promove estudos para o desenvolvimento de técnicas de investigação que permitam identificar tais irregularidades fiscais; coordena as atividades de apuração de indícios de crimes contra a ordem tributária, inclusive o contrabando e o descaminho.

Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas – Cogep: Planeja, coordena, orienta, supervisiona, controla e avalia as atividades relacionadas com a gestão de pessoas, em articulação com as demais unidades da RFB, observadas as políticas, diretrizes, normas e recomendações dos órgãos central e setorial dos sistemas federais de recursos humanos.

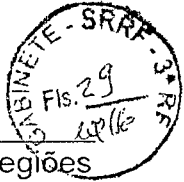
Coordenação-Geral de Tecnologia e Segurança da Informação – Cotec: Formula proposta de política de informação e informática da RFB e coordena, orienta e supervisiona a sua implementação; administra os dados, os sistemas de informação e o programa de segurança de dados e informações da RFB; administra os contratos firmados com os fornecedores de serviços de informática.

Coordenação-Geral de Programação e Logística – Copol: Planeja, orienta e supervisiona as atividades relacionadas com orçamento, programação e execução financeira, contabilidade, recursos materiais e patrimoniais, convênios, licitações, contratos, serviços gerais e mercadorias apreendidas, em articulação com as demais unidades da RFB, observadas as políticas, diretrizes, normas e recomendações dos órgãos central e setorial dos sistemas federais correlatos.



SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL
GABINETE

RUA BARÃO DE ARACATI, 909 – 4º ANDAR – CEP 60115-901 -ALDEOTA -FORTALEZA -CE
TEL. (085) 3878-3400 - FAX (85) 3878-3483



A estrutura da RFB prevê a divisão do território nacional em 10 (dez) Regiões Fiscais, cada uma sob administração de uma Superintendência Regional da Receita Federal (SRRF), que se subordina diretamente ao Secretário. Às Superintendências compete a supervisão, no limite de suas jurisdições, das atividades de tributação, arrecadação, cobrança, fiscalização, controle aduaneiro, combate aos ilícitos fiscais e aduaneiros, cadastros, acompanhamento dos maiores contribuinte, interação com o cidadão, gestão de pessoas e programação e logística.

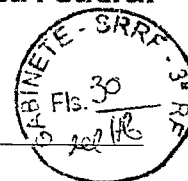
Cada uma das dez Superintendências jurisdiciona sua respectiva Região Fiscal:

- 1ª Região Fiscal: Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Tocantins, com sede em Brasília;
- 2ª Região Fiscal: Pará, Acre, Amazonas, Rondônia, Roraima e Amapá, com sede em Belém;
- 3ª Região Fiscal: Ceará, Maranhão e Piauí, com sede em Fortaleza;
- 4ª Região Fiscal: Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte, com sede em Recife;
- 5ª Região Fiscal: Bahia e Sergipe, com sede em Salvador;
- 6ª Região Fiscal: Minas Gerais, com sede em Belo Horizonte;
- 7ª Região Fiscal: Rio de Janeiro e Espírito Santo, com sede no Rio de Janeiro;
- 8ª Região Fiscal: São Paulo, com sede em São Paulo;
- 9ª Região Fiscal: Paraná e Santa Catarina, com sede em Curitiba;
- 10ª Região Fiscal: Rio Grande do Sul, com sede em Porto Alegre.

Além das Superintendências Regionais, subordinam-se diretamente ao Secretário da Receita Federal as 18 (dezoito) Delegacias da Receita Federal de Julgamento (DRJ). As Delegacias de Julgamento são Unidades especializadas nas atividades relacionadas ao contencioso administrativo-fiscal, sendo responsáveis pelo julgamento, em primeira instância, das impugnações apresentadas pelos contribuintes contra processos de determinação e exigência de créditos tributários.

Subordinam-se às Superintendências (SRRF) as Unidades locais da RFB, que se classificam em Delegacias, Inspetorias e Alfândegas; às Delegacias estão subordinadas Agências e Inspetorias.

Abaixo, quadros quantitativos dessas Unidades com distribuição Nacional e particularmente no que se refere à 3RF.



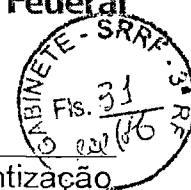
UNIDADES DESCENTRALIZADAS DA RFB	QUANTIDADE
Superintendências	10
Delegacias da Receita Federal de Julgamento (DRJ)	18
Delegacias da Receita Federal (DRF)	96
Delegacias da Receita Federal de Administração Tributária (Derat)	2
Delegacias da Receita Federal de Fiscalização (Defis)	2
Delegacias Especiais de Instituições Financeiras (Deinf)	2
Delegacia Especial de Assuntos Internacionais (Deain)	1
Inspetorias da Receita Federal (IRF)	57
Alfândegas da Receita Federal	23
Agências da Receita Federal	362
TOTAL	573

A 3ª Região Fiscal está assim composta:

ESTRUTURA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 3ª REGIÃO FISCAL					
ESTADO	DELEGACIAS	ALFÂNDEGAS	INSPETORIA	AGÊNCIAS	SUPERINTENDENCIA
CEARÁ	3	2	1	17	1
MARANHÃO	2	1	0	10	
PIAUI	2	0	0	7	
TOTAL	7	3	1	34	1

Ainda como estratégia de atuação da RFB, no âmbito nacional, foram convalidados pela Portaria RFB 10.720/2007 os 15 objetivos gerais formulados no planejamento estratégico da SRF para o período 2004/2007, aos quais se vinculam ações estratégicas e operacionais de todos os níveis organizacionais. Segue a relação dos objetivos gerais:

1. Subsidiar a formulação da política tributária e de comércio exterior;
2. Promover a integração da RFB com órgãos de Estado e organismos, nacionais e internacionais.
3. Intensificar a atuação da RFB no combate ao crime organizado.



4. Fortalecer a imagem institucional da RFB e promover a conscientização tributária do cidadão.
5. Promover o atendimento de excelência ao contribuinte.
6. Otimizar o controle e a cobrança do crédito tributário.
7. Aprimorar a qualidade e a produtividade do trabalho fiscal.
8. Aumentar a eficácia da vigilância e da repressão aos ilícitos aduaneiros.
9. Simplificar, padronizar e agilizar o controle aduaneiro.
10. Aumentar a eficiência e a eficácia no preparo, análise e julgamento dos processos administrativo-fiscais.
11. Promover o aperfeiçoamento, a simplificação e a consolidação da legislação tributária federal e uniformizar a interpretação.
12. Aperfeiçoar a política de Gestão de Pessoas da RFB.
13. Aumentar a eficácia, a eficiência e a efetividade na gestão orçamentária, financeira e patrimonial e de mercadorias apreendidas.
14. Aprimorar a política de gestão da informação e de infra-estrutura de tecnologia.
15. Implementar gestão de excelência na RFB.

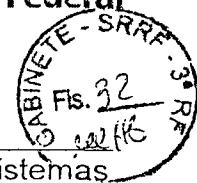
Como descrito anteriormente, importante ressaltar aqui a implementação da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), por força da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, resultado da junção de duas Secretarias da Receita Federal – SRF, vinculada ao Ministério da Fazenda e da Receita Previdenciária- SRP, vinculada ao Ministério da Previdência, que teve como objetivo a reorganização da Administração Tributária da União, propiciando incremento na arrecadação de tributos e contribuições federais, bem como, por meio da adoção de diversas medidas de eficiência, a racionalização administrativa.

Para que tal objetivo fosse alcançado foram estabelecidas metas, por meio das quais a unificação da RFB tornar-se-ia plena, tais como:

- Unificação física das unidades da RFB;
- Harmonização das legislações previdenciária e de tributos internos;
- Unificação da infra-estrutura tecnológica, dentre outras.

Quanto aos avanços obtidos podem-se citar:

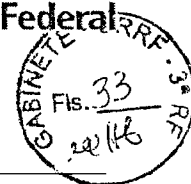
- a) A edição e publicação de atos normativos necessários à unificação;
- b) A implantação da linha de comando único em todos os níveis organizacionais;



- c) O alinhamento da nova jurisdição, com correspondente reflexo nos sistemas tecnológicos;
- d) Unificação de 81,2% do total das unidades de atendimento presencial ao contribuinte;
- e) A redução em 60% das unidades descentralizadas. Eram 1.441 unidades antes da unificação, sendo 566 da ex-SRF e 875 da ex-SRP, passando para 573 na RFB;
- f) O aumento do prazo de impugnação para o contribuinte, quanto às contribuições previdenciárias, de 15 para 30 dias;
- g) O aumento da eficiência da Fiscalização, com o incremento de 80% no quantitativo de autuações e de 42% em seu volume, com o correspondente lançamento de 108 bilhões em crédito tributário (76 bilhões em 2006) e 521 mil contribuintes fiscalizados (289 mil em 2006);
- h) O incremento da arrecadação sem aumento da carga tributária.

Em resumo, a Receita Federal do Brasil, como Órgão da Administração Direta Federal, responsável pela Administração Tributária do Brasil, foca sua estratégia de atuação em dois pilares principais, quais sejam:

1) Facilitação para o cumprimento das obrigações tributárias (principal e acessórias) por parte dos cidadãos e dos sujeitos passivos de modo geral, procurando realizar convênios com outros atores do cenário econômico Nacional, a exemplo da rede arrecadadora bancária, dos correios e de outras Administrações Tributárias das esferas de governo Estadual e Municipal, mantendo, ainda, constante intercâmbio internacional com organismos que cuidam de estudos e análises tributária, sempre em busca da modernização nas relações fisco-contribuinte. Além disso, a RFB tem usado, de forma intensiva, ferramentas da Tecnologia da Informação, notadamente na construção de software que dinamizem e agilizem o cumprimento de obrigações tributárias e democratizem o acesso à informação através da rede de computadores via seu endereço eletrônico www.receita.fazenda.gov.br. Exemplos práticos são as transmissões das diversas Declarações envolvendo Tributos e Contribuições via Internet; além da obtenção de Certidões Negativas de forma eletrônica, agendamento de atendimentos nos Centros de Atendimento ao Contribuinte – CAC com hora marcada, consultas “on line” de Mandados de Procedimentos Fiscais – MPF, gerando



segurança e evitando fraudes, entre outros mecanismos de facilitação para o Contribuinte-Cidadão, não apenas quanto ao atendimento presencial, como também com relação ao cumprimento de suas obrigações fiscais de um modo geral, privilegiando-se à comodidade e agilidade com segurança.

2) Aumento da percepção de risco por parte dos sujeitos passivos com vistas a ampliar a base de contribuintes e, por conseqüência, assegurar o cumprimento das metas de arrecadação sem a necessidade de elevação da carga tributária. O aumento do risco passa pela elaboração de um planejamento inteligente da ação fiscal que permita aumentar o número de contribuintes fiscalizados a partir de cruzamentos de dados com o mesmo número de auditores. A seleção inteligente além de alcançar um maior número de contribuintes direciona o esforço fiscalizatório para atividades e empreendimentos com maior risco de sonegação.

Além das estratégias acima descritas, a RFB mantém programa de Educação Fiscal, cujo objetivo é disseminar e facilitar a consciência crítica sobre a necessidade da tributação, como meio de sustentação do Estado, salientando o binômio arrecadação/destino dos recursos. Essa estratégia, a longo prazo, formará cidadãos mais esclarecidos e conscientes de como e porque se arrecadam tributos. O programa também é realizado em parceria com outras Administrações Tributária (Estadual/Municipal) e utiliza-se de ações como palestras, seminários e encenações teatrais direcionados, principalmente para os jovens, tendo como foco a disponibilidade de professores das diversas redes de ensino, notadamente à pública.

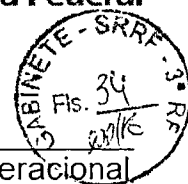
Nesse contexto de atuação estratégica a RFB conta com um canal de Ouvidoria, veículo através do qual a Instituição é alimentada com informações sobre a sua atuação e quais elos de interação com o cidadão necessitam de ajustes permitindo a adoção de medidas que corrijam possíveis distorções ao longo da complexa cadeia de atores que compõem a Instituição. Essas informações e as medidas corretivas delas resultantes são mecanismos vivos que alimentam todo o processo de inserção da Organização na sociedade, legitimando-a como necessária aos objetivos do Estado brasileiro.

É imperioso ressaltar a atipicidade do ano de 2007 em face da Unificação com a Receita Previdenciária, conforme salientado no item “2” acima. A Unificação, além do desafio cultural nela embutido, representou necessidades urgentes e complexas que



SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL
GABINETE

RUA BARÃO DE ARACATI, 909 – 4º ANDAR – CEP 60115-901 -ALDEOTA -FORTALEZA -CE
TEL. (085) 3878-3400 - FAX (85) 3878-3483



deveriam ser superadas com um mínimo de prejuízo para o desempenho operacional do Órgão. As dificuldades a serem enfrentadas, sem aumento de recursos financeiros inicialmente orçados para as duas Secretarias, se situaram em variados segmentos, desde a manutenção de um atendimento ao público sem solução de continuidade, passando pelos treinamentos intensivos dos servidores administrativos das duas Secretarias unificadas, culminando com a precariedade de espaços físicos e das adequações logísticas para acomodar 482 novos servidores em instalações, via de regra, com suas capacidades esgotadas.

Para enfrentar esses desafios e dificuldades a 3RF promoveu reuniões, treinamentos e seus gestores foram instados a, dentro da mais absoluta legalidade, exercerem suas competências criativas. Os resultados operacionais de 2007 atestam o grau de comprometimento dos gestores e demais servidores nesse processo, mesmo com o retorno ao INSS de 60 servidores ao longo de 2007, conforme facultou a Lei 11.457/2007, mantendo-se inalterado o volume de serviços acrescido em consequência da Unificação.

A Superintendência, Unidade descentralizada da Receita Federal do Brasil, detém competência regimental para gerenciar o desenvolvimento das atividades de administração tributária e aduaneira, bem como de logística e de pessoal no âmbito da Região Fiscal, devendo atuar de forma integrativa e sinérgica na relação com as Unidades subordinadas, visando alcançar os objetivos e as metas traçadas.

Para fazer face à sua competência a Superintendência é composta de um Gabinete, nove Divisões e um Serviço, conforme estrutura descrita abaixo. Ao Gabinete compete conduzir a política institucional na região, gerenciar as ações estratégicas regionais, celebrar acordos e convênios de interesse institucional, responder pela assessoria de comunicação social, coordenar as políticas de pessoal (ProPessoas) e de Educação Fiscal.

Às Divisões e ao Serviço cabe coordenar as ações de níveis tático-operacional de responsabilidade das Unidades subordinadas, prestando assistência técnica e oferecendo suporte às atividades que demandam maior complexidade, quer do ponto de vista do conhecimento, quer por envolverem recursos de mais de uma Unidade subordinada, a exemplo de treinamentos/capacitação e ações fiscais com cessão de mão-de-obra entre Delegacias.



ESTRUTURA DA SUPERINTENDÊNCIA :

1 – Gabinete:

O Gabinete é responsável pela coordenação, em âmbito regional, das políticas institucionais e da administração tributária e aduaneira, cabendo ainda o papel de relação com a imprensa e de representação em convênios e acordos com outros Órgãos e Instituições, nos limites do Regimento Interno, estando assim composto:

- 1.1 – SUPERINTENDENTE - 1
- 1.2 – SUPERINTENDENTES ADJUNTOS - 2
- 1.3 – ASSESSORES – 3
- 1.4 – APOIO ADMINISTRATIVO – 4

2 – Divisões

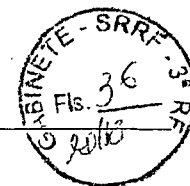
As Divisões compõem, na Região, as projeções das Coordenações do Órgão Central, sendo responsáveis, em sintonia com o Gabinete, pela coordenação e supervisão das atividades operacionais das Unidades Jurisdicionadas, estando estruturadas conforme abaixo:

- 2.1 – DIVISÃO DE ARRECADAÇÃO E COBRANÇA – DIRAC
Projeção da Codac
- 2.2 - DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO – DIFIS
Projeção da Cofis
- 2.3 - DIVISÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – DITEC
Projeção da Cotec
- 2.4 – DIVISÃO DE INTERAÇÃO COM O CIDADÃO – DIVIC
Projeção da Coint
- 2.5 – DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA – DIANA
Projeção da Coana
- 2.6 – DIVISÃO DE GESTÃO DE PESSOAS – DIGEP
Projeção da Cogep
- 2.7 – DIVISÃO DE REPRESSÃO AO CONTABANDO E DESCAMINHO – DIREP
Projeção da Corep



SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL
GABINETE

RUA BARÃO DE ARACATI, 909 – 4º ANDAR – CEP 60115-901 - ALDEOTA - FORTALEZA - CE
TEL. (085) 3878-3400 - FAX (85) 3878-3483



2.8 – DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO – DISIT

Projeção da Cosit

2.9 – DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO E LOGÍSTICA – DIPOL

Projeção da Copol

3 - SERVIÇO:

3.1 – SERVIÇO DE ACOMPANHAMENTO DOS MAIORES CONTRIBUINTES –
SEMAC

Projeção da Comac

Das Competências das Unidades Descentralizadas

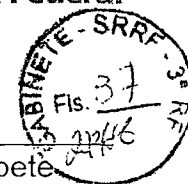
De acordo com o Regimento Interno da RFB, aprovado pela Portaria MF 95/2007, de 30/04/2007, e alterações posteriores, as competências da Superintendência e suas Divisões estão assim delimitadas:

Art. 149. Às Superintendências Regionais da Receita Federal do Brasil – SRRF compete, quanto aos tributos e contribuições administrados pela RFB, inclusive os destinados a outras entidades e fundos, no âmbito da respectiva jurisdição, gerenciar o desenvolvimento das atividades de arrecadação, controle e recuperação do crédito tributário, de interação com o cidadão, de comunicação social, de fiscalização, de controle aduaneiro, de tecnologia e segurança da informação, de programação e logística, de gestão de pessoas, de planejamento e avaliação, organização, modernização e as atividades das unidades subordinadas.

Art. 150. Às Divisões de Arrecadação e Cobrança - Dirac das SRRF compete gerenciar as atividades de arrecadação, cobrança de créditos tributários e em especial as atividades relativas às ações judiciais, restituição, compensação, ressarcimento, reembolso, imunidade, suspensão, isenção e redução em matéria tributária.

Art. 151. Às Divisões de Fiscalização - Difis das SRRF - compete, exceto em relação aos tributos e direitos comerciais relativos ao comércio exterior, gerenciar as ações de fiscalização e a utilização de instrumentos de controle especiais plicáveis às operações de produção e comercialização.

Art. 152. Às Divisões de Tecnologia da Informação – Ditec das SRRF compete gerenciar as atividades de tecnologia e segurança da informação e as atividades de guarda, recuperação e disseminação de informações econômico-fiscais.



Art. 153. Às Divisões de Interação com o Cidadão - Divic das SRRF compete gerenciar as atividades de interação com o cidadão, inclusive quanto aos serviços prestados por conveniados, as atividades de Ouvidoria e de Educação Fiscal.

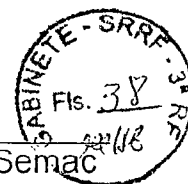
Art. 154. Às Divisões de Administração Aduaneira – Diana das SRRF compete gerenciar as atividades de pesquisa, seleção e fiscalização aduaneira e de habilitação de importadores e exportadores para operar no Siscomex, e orientar acerca de procedimentos e aplicação da legislação aduaneira.

Art. 155. Às Divisões de Gestão de Pessoas - Digep das SRRF compete, ressalvada a competência específica das Unidades Descentralizadas dos órgãos setoriais do Ministério da Fazenda, gerenciar as atividades de gestão de pessoas, executar as atividades de elaboração da folha de pagamento, concessão de vantagens, indenizações, gratificações, adicionais, ressarcimentos, consignações, benefícios e acompanhamento de ações judiciais relativas a pagamento de servidores, e ações destinadas à promoção dos valores morais e éticos imprescindíveis ao enriquecimento da cultura organizacional, bem como dar apoio técnico às Unidades Centrais e suas subunidades localizadas na região fiscal. (Redação dada pela Portaria MF nº 225, de 5 de setembro de 2007)

Art. 156. Às Divisões de Repressão ao Contrabando e Descaminho – Direp das SRRF compete gerenciar as atividades de controle de locais e recintos aduaneiros, veículos e cargas, inclusive em trânsito, vigilância e repressão aduaneira, executar ações de repressão ao contrabando e descaminho e formalizar os correspondentes autos de infração e representações fiscais.

Art. 157. Às Divisões de Tributação – Disit das SRRF compete orientar as unidades da região fiscal acerca da interpretação da legislação e sobre as decisões em matéria tributária, na esfera administrativa ou judicial.

Art. 158. Às Divisões de Programação e Logística – Dipol das SRRF compete as atividades relacionadas à programação e execução orçamentária, logística, de apoio administrativo, financeira, contábil, gestão patrimonial e administração de mercadorias apreendidas, bem como dar apoio logístico às Unidades Centrais e suas subunidades localizadas na região fiscal. (Redação dada pela Portaria MF nº 225, de 5 de setembro de 2007).



Art. 159. Aos Serviços de Acompanhamento dos Maiores Contribuintes - Semac

das SRRF compete gerenciar as atividades de identificação e acompanhamento diferenciado de contribuintes de maior potencial tributário, elaborar a previsão, acompanhamento e análise de receitas e propor metas para as unidades da respectiva região fiscal. (Redação dada pela Portaria MF nº 225, de 5 de setembro de 2007).

4. GESTÃO DE PROGRAMAS

4.1. Programas

4.1.1. Programa 0770 – Administração Tributária e Aduaneira

O programa 0770 – Administração Tributária e Aduaneira é componente do PPA 2004-2007, Plano Brasil de Todos, no mega objetivo - Crescimento com geração de trabalho, emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades sociais - que tem como desafio “Alcançar o equilíbrio macroeconômico com a recuperação e sustentação do crescimento e distribuição da renda, geração de trabalho e emprego”.

4.1.1.1. Dados gerais

Tabela 4.1 – Dados gerais do programa

Tipo de programa	Serviços ao Estado
Objetivo geral	Promover a arrecadação de tributos e realizar o controle aduaneiro, cumprindo e fazendo cumprir a legislação.
Gerente do programa	Jorge Antonio Deher Rachid
Gerente executivo	Jânio Castanheira
Indicadores ou parâmetros utilizados	Taxa de Realização da Receita Administrada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil
Público-alvo (beneficiários)	Governo Federal e sociedade

4.1.1.2. Principais Ações do Programa

As principais Ações do Programa que foram utilizadas na Região Fiscal para participar no alcance dos resultados foram:

- 2237 Auditoria e Fiscalização Tributária e Aduaneira;
- 2238 Arrecadação Tributária e Aduaneira; e
- 2272 Gestão e Administração do Programa
- 3E63 – Modernização da Administração Fazendária



4.1.1.3. Gestão das ações

4.1.1.3.1. Ação 2237 – Auditoria e Fiscalização Tributária e Aduaneira

4.1.1.3.1.1. Dados gerais

Tabela 4.1.1 – Dados gerais da ação

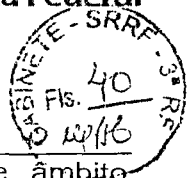
Tipo	ATIVIDADE - Ação Orçamentária
Finalidade	Supervisionar, executar e controlar as atividades de fiscalização tributária e aduaneira federal, combatendo a sonegação fiscal, o contrabando e o descaminho.
Descrição	Direção, supervisão, orientação, coordenação e execução dos serviços de fiscalização tributária e controle aduaneiros, inclusive no que diz respeito a alfandegamento de áreas e recintos. Deslocamento de técnicos para realização de fiscalizações e auditorias, tanto correlacionadas ao recolhimento de tributos federais quanto aos entrepostos aduaneiros.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria da Receita Federal do Brasil
Unidades executoras	Unidades gestoras da RFB
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	NÃO SE APLICA
Coordenador nacional da ação	Francisco Alexandre de Freitas
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	NÃO SE APLICA

Tabela 4.1.1.1 – Metas e resultados da ação exercício

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
Não se aplica	Não se Aplica	Não se aplica	R\$ 2.298.799,20

4.1.1.3.1.2. Resultados

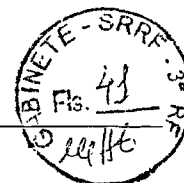
A despesas realizadas na Ação 2237 – Auditoria e Fiscalização Tributária e Aduaneira na Região Fiscal foram para atender convocações do órgão central nos deslocamentos de interesse das Coordenações da Secretaria da Receita Federal do Brasil, tais como Planejamento de Ações de Auditoria e Fiscalização, Realização de



Operações Aduaneiras de Combate ao Contrabando e Descaminho, de âmbito nacional, Reuniões de Trabalho, Homologação de Sistemas de Informática. Os recursos aplicados nessa ação tiveram como resultado prático, na 3RF, a realização de 1.779 ações fiscais distribuídas da seguinte forma – 878 ações relacionadas à Contribuição Previdenciária; 840 ações relacionadas aos Demais Tributos e 61 ações de repressão ao contrabando, ao descaminho e à pirataria. As ações fiscais, visando o combate à sonegação, resultaram na constituição de créditos no valor de **R\$ 1,881 bilhões** com gastos financeiros de apenas **R\$ 2,298 milhões**. São essas ações que contribuem diretamente para a percepção de risco por parte dos Contribuintes, gerando o que se denomina de Recolhimentos (pagamentos) espontâneos que em 2007, na 3RF, atingiu o montante de R\$ 10,124 bilhões, sendo R\$ 3,856 bilhões em contribuição previdenciária e R\$ 6,268 bilhões em demais tributos. Além disso, foram constituídos créditos por meio de lançamentos (auto de infração) no valor de R\$ 1,881 bilhões. Os números da arrecadação representam um acréscimo nominal de 15,6% em comparação com 2006 em um cenário de inflação que não superou os 4,5%.

Infere-se dos dados acima que os recursos alocados o foram de forma criteriosa e efetiva (eficaz e eficiente), contribuindo de modo decisivo para a consecução dos objetivos delineados no planejamento estratégico e operacional do Órgão, representando um comprometimento de menos de 0,02% em relação aos resultados obtidos.

De se ressaltar que o ano de 2007 foi de desafios adicionais para a RFB, notadamente em razão da Unificação com a Receita Previdenciária, onde um esforço considerável foi despendido para adequação logística e operacional da Instituição, objetivando não comprometer os resultados da sua atuação e os números revelam o sucesso desses esforços.



4.1.1.3.2. Ação 2238 – Arrecadação Tributária e Aduaneira

4.1.1.3.2.1. Dados gerais

Tabela 4.1.2 – Dados gerais da ação

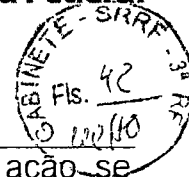
Tipo	ATIVIDADE - Ação Orçamentária
Finalidade	Realizar as atividades relacionadas à gestão tributária e ao controle aduaneiro.
Descrição	Realização das atividades de: - controle, normatização, arrecadação e fiscalização dos tributos e contribuições federais, inclusive os incidentes sobre o comércio exterior; - interpretação e aplicação da legislação fiscal, aduaneira e correlata, e edição dos atos normativos e das instruções necessárias à sua execução, - assessoramento na formulação da política tributária e aduaneira do País; - julgamento, em primeira instância, do contencioso administrativo-fiscal; - manutenção administrativa das unidades da Secretaria da Receita Federal em todo território nacional.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria da Receita Federal do Brasil
Unidades executoras	Unidades gestoras da RFB
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	
Coordenador nacional da ação	Marylda Macedo de Almeida e Castro
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Tabela 4.1.2.1 – Metas e resultados da ação exercício

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	R\$ 2.859.326,72

4.1.1.3.2.2. Resultados

A presente ação está intimamente ligada ao núcleo da Missão da RFB e guarda estreita relação com a ação anterior, encontrando nela o mecanismo operacional que alicerça o nível de risco vislumbrado pelos Contribuintes, corolário indiscutível da



“arrecadação espontânea”. Os resultados operacionais vinculados a essa ação se encontram detalhados no item “5” deste relatório e comprova a superação das metas de arrecadação, englobando todos os tributos, inclusive a Contribuição Previdenciária. Vale ressaltar que o núcleo da Missão da RFB é “Prover o Estado de recursos para garantir o bem-estar social”. Portanto, o grande objetivo da RFB, além de prover segurança, confiança e facilitação para o comércio internacional (controle aduaneiro), é arrecadar os recursos para manutenção do Estado brasileiro, incluindo a Previdência Pública (mais de 23 milhões de beneficiários do INSS). Todas as ações da RFB são meios à consecução deste objetivo maior. Os recursos alocados nessa ação tiveram como destino o pagamento para atender convocações do órgão central nos deslocamentos de interesse das Coordenações da Secretaria da Receita Federal do Brasil, tais como Planejamento de Ações de acompanhamento de contribuintes especiais em face de sua representatividade contributiva, Reuniões de Trabalho, Homologação de Sistemas de Informática e demais atividades ligadas à arrecadação, atendimento e cobrança de créditos. Se arrecadar é o núcleo da missão da RFB, os números expressam de modo inequívoco o sucesso dos resultados obtidos, nada obstante as dificuldades naturais já referidas em razão da Unificação. Para uma visão mais precisa do bom aproveitamento dos recursos aplicados nessa ação, o custo/benefício mensurado ficou em menos de 0,03% do resultado obtido, índice que atesta o grau de zelo na busca da otimização dos recursos alocados.

4.1.1.3.3. Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa

4.1.1.3.3.1. Dados gerais

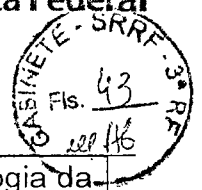
Tabela 4.1.1.3 – Dados gerais da ação

Tipo	ATIVIDADE - Ação Orçamentária
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Descrição	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados,



SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL
GABINETE

RUA BARÃO DE ARACATI, 909 – 4º ANDAR – CEP 60115-901 -ALDEOTA -FORTALEZA -CE
TEL. (085) 3878-3400 - FAX (85) 3878-3483



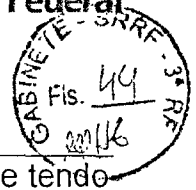
	utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria da Receita Federal do Brasil
Unidades executoras	Unidades gestoras da RFB
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	
Coordenador nacional da ação	Não há coordenador vinculado
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Tabela 4.1.1.3.2 – Metas e resultados da ação exercício

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	R\$ 5.905.865,13

4.1.1.3.3.2. Resultados:

Essa é uma ação meio que envolve todas as atividades da Receita Federal do Brasil, sendo a base fundamental de toda a logística à disposição da Instituição, incluindo as despesas com pessoal que é gerenciada de forma centralizada pelo Órgão Central. As despesas incorridas pela Região, nessa ação, se referem a todos os dispêndios com contratos relativos aos gastos ordinários com passagens, diárias, manutenção de veículos e de imóveis, água, luz, telefone, aluguel, enfim são recursos alocados à manutenção de toda a estrutura que serve de base ao funcionamento regular do Órgão.



Esses recursos são aplicados dentro da mais absoluta legalidade e tendo em vista a equação custo benefício. Aqui é pertinente aferir o grau de comprometimento do principal objetivo do Órgão que em 2007 resultou na arrecadação de 10,124 **bilhões** de reais, com o dispêndio de R\$ 5,905 **milhões** de reais, o que equivale a menos de 0,6% do resultado obtido. Objetivando um entendimento claro e o nível de excelência de retorno dessas despesas, a 3RF efetuou despesas globais de R\$ 11,062 **milhões** para uma arrecadação de R\$ 10,124 **bilhões** e constituição de créditos tributários de R\$ 1,881 **bilhões**, perfazendo um total de R\$ **11,320 bilhões**. A equação custo/benefício resultante do confronto desses valores representa apenas 0,10%, dado relevante e indiscutivelmente significativo que atesta o grau de excelência dos recursos alocados, cujo viés perseguido é o de atingir o menor nível nessa relação.

4.1.1.3.4. Ação 3E63 – Modernização da Administração Fazendária

4.1.1.3.3.1. Dados gerais

Tabela 4.1.1.3.3 – Dados gerais da ação

Tipo	PROJETO - Ação Orçamentária
Finalidade	Modernização da Administração Tributária e Aduaneira
Descrição	Modernização do parque tecnológico e da infraestrutura de redes locais, melhoria da infraestrutura de segurança; capacitação de servidores; realização de obras civis em diversas Unidades Administrativas, aquisição de equipamentos de vigilância aduaneira.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria da Receita Federal do Brasil
Unidades executoras	Unidades gestoras da RFB
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	
Coordenador nacional da ação	José Ribamar Mendes Diniz
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Tabela 4.1.1.3.3.1 – Metas e resultados da ação exercício

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	135.330,97



No exercício de 2007, os gastos realizados nesta Ação foram oriundos dos valores empenhados em 2006, tendo sido inscritos em Restos a Pagar 2006. A única liberação de recursos, nesse Programa, se deu para pagar a primeira parcela, de três ajustadas, referente ao contrato de modernização e ampliação de toda a rede lógica e elétrica de suas Unidades, tendo em vista defasagens naturais em razão das demandas por modernização, bem como a iminente Unificação com a Receita Previdenciária articulada pelo Governo com a Medida Provisória 258/2005 e em seguida com o Projeto de Lei aprovado pelo Congresso Nacional em 16/03/2007.

A empresa vencedora da licitação, Fase Projetos S/C LTDA CNPJ 04.512.007/0001-43, não conseguiu honrar com as obrigações assumidas, frustrando a implantação do projeto. Em dezembro de 2007 o contrato foi encerrado e a empresa multada em R\$ 39.516,47 (trinta e nove mil, quinhentos e dezesseis reais e quarenta e sete centavos) devidamente quitado em 20/12/2007 em GR paga no Banco do Brasil.

Com a frustração do projeto que teve apenas a sua primeira fase concluída não há resultados a comentar, uma vez que essa fase se constituía de levantamentos, plantas baixas, leiautes e soluções técnicas. Sem conclusão o projeto foi encerrado, devendo outra licitação ser realizada para nova contratação.

5. DESEMPENHO OPERACIONAL

A Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB tem sob sua responsabilidade o Programa vinculado ao **Plano Plurianual - PPA 2004-2007** do Governo Federal: o Programa **(0770) Administração Tributária e Aduaneira**.

A consolidação de toda a ação da RFB em um único programa no PPA 2004-2007 visou melhor refletir a realidade da Instituição, que atua de forma integrada na administração dos tributos internos e sobre o comércio exterior.

A administração tributária e aduaneira constitui-se num conjunto de ações e atividades, integradas e complementares entre si, que visam garantir o cumprimento pela sociedade da legislação tributária e do comércio exterior e que se materializam numa presença fiscal ampla e atuante, quer seja no âmbito da facilitação do cumprimento das obrigações tributárias, quer seja na construção e manutenção de uma forte percepção de risco pelos contribuintes faltosos.



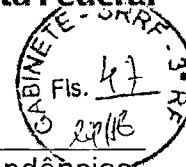
Essas ações e atividades se sustentam no subsídio a normatização da legislação tributária e do comércio exterior e num conjunto integrado de sistemas de informação, alimentado por informações cadastrais e econômico-fiscais fornecidas ao Fisco pelos próprios contribuintes ou por terceiros, mediante a apresentação de diversas modalidades de declarações.

Assim, todas as ações que compõem o Programa da RFB - (0770) Administração Tributária e Aduaneira - representam um fluxo único de trabalho, voltado para a obtenção de dois resultados ou produtos finais básicos: a arrecadação aos cofres da União de tributos e contribuições e o controle fiscal e aduaneiro do comércio exterior.

A RFB adotou como diretriz institucional no ano de 2007:

1. Concentração de esforços e recursos na efetiva implantação da Secretaria da Receita Federal do Brasil
2. Revisão e simplificação dos processos (procedimentos e legislação), com foco nas necessidades e no perfil dos contribuintes.
3. Controle integral dos contribuintes sujeitos ao acompanhamento diferenciado.
4. Liderança da RFB no processo de agilização do fluxo do comércio exterior, com segurança e controle.
5. Aumentar a eficácia da recuperação do crédito tributário, favorecendo o aumento da presença fiscal, a agilização do julgamento de processos fiscais e a agilização da cobrança administrativa.
6. Integração e cooperação da SRF com as demais Administrações Tributárias Nacionais.
7. Ênfase na política de gestão de pessoas, como responsabilidade do conjunto de administradores, destacando a capacitação, a valorização e a motivação do servidor.
8. Intensificação da interação com a sociedade, por meio da educação fiscal e da facilitação do cumprimento voluntário das obrigações tributárias.
9. Intensificação das atividades de repressão aos ilícitos fiscais e aduaneiros.

Estas diretrizes espelham o investimento que a RFB está fazendo na sua sistemática de Planejamento Estratégico de forma a permitir a visualização dos focos



estratégicos nas Unidades Centrais e Unidades Descentralizadas (Superintendências, Unidades Locais e Delegacias da Receita Federal de Julgamento).

A atual sistemática de planejamento com novas ferramentas para implementação e gestão com foco nos resultados está centrada nos pilares de alinhamento e integração. Este investimento trará frutos para o próximo ciclo de gestão 2008-2011.

A seguir apresentamos a síntese dos principais resultados que representam o esforço da eficiência governamental, indicadores da *performance* da RFB complementando as informações contempladas no item “4” do presente relatório.

Síntese dos principais resultados

Descrição das atividades	Unidade de Medida	Total RFB	3ª Região Fiscal
Arrecadação Federal de Tributos e Contribuições		585.127	10.124
Arrecadação Fazendária Bruta	R\$ milhões	431.282	6.268
Arrecadação Previdenciária Administrada		142.605	3.856
Arrecadação Previdenciária - Repasses		11.240	
Auditoria e Fiscalização Tributária e Aduaneira		39.615	
Fiscalização da Receita Previdenciária	Ação fiscal	16.034	878
Fiscalização de Tributos Internos		23.581	840
Controle Aduaneiro	Tempo médio		
Despacho Aduaneiro na Importação	Dias:horas:min	02d:11h:45min	04d:15h:07min
Despacho Aduaneiro na Exportação	Dias:horas:min	00d:09h:21min	00d:16h:33min
Vigilância e Repressão	Nº de Operações	2.375	61
Atendimento pessoal (CAC e Agências)	Minutos:segundos	29min:30seg	25mi:42seg

Análise dos principais resultados

5.1. Arrecadação Federal de Tributos e Contribuições

A arrecadação bruta dos impostos e contribuições administrados pela RFB, de janeiro a dezembro de 2007, atingiu a cifra de R\$ 585,127 bilhões, com crescimento nominal de 16,33 % e crescimento real de 12,19 % (considerando-se a variação do IPCA) em relação ao mesmo período do ano de 2006. O desempenho da arrecadação decorreu, fundamentalmente, de fatores ligados ao crescimento econômico e maior presença fiscal por parte da Administração Tributária com o objetivo de minimizar a diferença entre o potencial legal e arrecadação efetiva, além de recuperar os débitos constituídos e não pagos, com ênfase ao combate à sonegação, ao contrabando, ao descaminho, à pirataria e à inadimplência.

Na 3ª Região fiscal, a arrecadação bruta foi de R\$ 10,124 bilhões, correspondendo a 103,2% da meta estipulada para a Região que era de 9,806 bilhões.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL
GABINETERUA BARÃO DE ARACATI, 909 - 4º ANDAR - CEP 60115-901 - ALDEOTA - FORTALEZA - CE
TEL. (085) 3878-3400 - FAX (85) 3878-3483

Em comparação com 2006, o crescimento nominal foi de 14% em relação aos demais tributos e de 18% em relação à contribuição previdenciária que em 2006 era administrada pela Secretaria da Receita Previdenciária, unificada com a Secretaria da Receita Federal em 02/05/2007, conforme Lei 11.457/2007, conforme quadro abaixo:

DEMAIS TRIBUTOS

COMPARATIVO 2006/2007		
ALCANÇADO 2006	ALCANÇADO 2007	%
5,496	6,268	114

Valores em Bilhões de reais.

CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA

COMPARATIVO 2006/2007		
ALCANÇADO 2006	ALCANÇADO 2007	%
3,255	3,856	118

Valores em Bilhões de reais.

Indicador: Realização da arrecadação

Índice de Realização da Meta de Arrecadação Fazendária Bruta Ano 2007			
	Meta de Arrecadação	Arrecadação Realizada	Índice de Realização
RFB	421.915	431.282	102,22%
3ª RF	6.105	6.268	102,67%

Índice de Realização da Meta de Arrecadação Previdenciária Administrada Ano 2007			
	Meta de Arrecadação	Arrecadação Realizada	Índice de Realização
RFB	137.031	142.605	104,07%
3ª RF	3.701	3.856	104,21

- Utilidade: mensurar o grau de realização das metas de arrecadação dos tributos e contribuições federais
- Tipo: eficácia
- Fórmula de cálculo: Arrecadação realizada no período dividida pela Meta de arrecadação para o período.
- Método de aferição: Direto, através dos dados disponíveis dos valores arrecadados.
- Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Copan.



f) Resultados do indicador no exercício: 102,67% Arrecadação Fazendária e 104,21% Arrecadação Previdenciária.

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador.

No que pese o ano atípico de 2007, em razão da união das Secretarias da Federal e da Receita Previdenciária, os resultados obtidos foram satisfatórios, superando a meta estipulada em 2,67%.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.

Não houve insucesso.

5.2. Auditoria e Fiscalização Tributária e Aduaneira

A atuação da Fiscalização da Receita Federal do Brasil se opera pela realização de procedimentos de auditoria fiscal junto aos contribuintes, bem assim pela revisão sistemática das declarações apresentadas pelos mesmos, cuja seleção, em ambas as situações, é feita de maneira impessoal, objetiva e baseada em parâmetros técnicos, contemplando, preferencialmente, aqueles que apresentem incompatibilidade entre os dados declarados e as informações disponíveis nos sistemas da RFB que indiquem indícios de evasão tributária.

A Fiscalização da Receita Federal do Brasil encerrou o ano de 2007 com 521 mil contribuintes fiscalizados e R\$ 108 bilhões de créditos tributários lançados, incluídos os valores de tributos, multas e juros, o que representou um crescimento de 80% no quantitativo e de 42% no volume de atuações, quando comparado com o ano de 2006.

Com relação à participação da RFB no combate ao crime organizado, foram realizadas 24 operações conjuntas da Receita Federal com a Polícia Federal e Ministério Público Federal, as quais resultaram em 431 prisões.

Na 3ª Região fiscal foram realizadas operações conjuntas com a Polícia Federal, resultando em prisões e apreensão de mercadorias diversas como uísque e equipamentos de informática. Além disso, foram realizadas 1.779 ações fiscais para combate à sonegação, conforme quadro abaixo, resultando na constituição de créditos no valor de R\$ 1,881 bilhões. Maiores detalhes das ações de repressão e apreensão de mercadorias constam do item 5.4 abaixo.



Indicador: Realização das metas de fiscalização

Índice de Realização da Meta de Fiscalização Fiscalização de Tributos Internos Ano 2007			
	Meta	Realizado	Índice de Realização
RFB	18.873	23.581	124,94%
3ª RF	804	840	104,48%

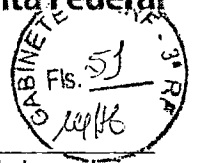
Índice de Realização da Meta de Fiscalização Fiscalização de Receita Previdenciária Ano 2007			
	Meta	Realizado	Índice de Realização
RFB	11.861	16.034	135,18%
3ª RF	816	878	107,60%

- a) Utilidade: mensurar o nível de presença fiscal seja em ações de fiscalização direta ou de malhas fiscais
- b) Tipo: eficácia
- c) Fórmula de cálculo: Quantidade de ações fiscais realizadas dividida pela quantidade de ações fiscais programadas
- d) Método de aferição: Sistema Ação Fiscal
- e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Cofis
- f) Resultado do indicador no exercício: 104,48% Tributos Internos e 107,60% Receita Previdenciária.
- g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador.
Não Houve.
- h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.

O planejamento da ação fiscal para 2007 foi realizado dentro do previsto.

5.3. Controle Aduaneiro

A atuação da RFB no controle aduaneiro transcende aspectos e questões exclusivamente fiscais, tendo um reflexo relevante para a sociedade e para o País também sob a forma de defesa permanente dos interesses da economia nacional, da saúde e da segurança da população, pelo combate permanente ao contrabando, ao descaminho e a outras irregularidades causadoras de desequilíbrios nas condições de



concorrência econômica ou de riscos à sociedade. A balança comercial brasileira apresentou um superávit de US\$ 40,039 bilhões em 2007, resultante de exportações de US\$ 160,649 bilhões e importações de US\$ 120,610 bilhões. Este resultado foi 13,8% menor do que o superávit de US\$ 46,456 bilhões de 2006. As exportações em 2007 apresentaram um crescimento de 16,6% em relação aos US\$ 137,807 bilhões exportados em 2006. Já as importações de 2007 cresceram 32% em relação aos US\$ 91,351 bilhões registrados no ano anterior. A corrente de comércio (exportações + importações) totalizou US\$ 281,259 bilhões, valor recorde histórico para o período e 22,2% maior que o registrado em 2006.

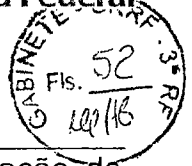
Todo esse crescimento se refletiu num expressivo aumento nas atividades de controle aduaneiro desenvolvidas pela RFB, principalmente na quantidade de desembaraços de mercadorias processados. Ressalte-se que, apesar do grande incremento nas atividades relacionadas ao comércio exterior, as ações de fiscalização e controle sobre tais operações foram realizadas sem prejuízo da agilidade no fluxo de cargas nas fronteiras, portos e aeroportos.

Na 3ª Região Fiscal, o fluxo aduaneiro ocorre nas Alfândegas da Receita Federal do Brasil do Aeroporto Internacional Pinto Martins (CE), do Porto de Fortaleza (CE), do Porto de São Luís (MA) e na Inspetoria da Receita Federal do Brasil de Pecém (CE). Ressalte-se que um outro dado importante é a agilidade no desembaraço das mercadorias exportadas e importadas. Nesse sentido a Região vem trabalhando de forma intensiva buscando baixar seus tempos médios de despacho aduaneiro tanto nas exportações, como nas importações. Abaixo uma análise detalhada dos resultados alcançados em 2007 nesse particular, enfatizando os resultados obtidos em comparação com as metas estabelecidas e os fatores que interferiram no alcance desses resultados.

Indicador: Tempo médio bruto de despacho aduaneiro na importação

Índice de Realização da Meta de Tempo Bruto de Despacho de Importação Ano 2007			
	Meta	Realizado	Índice de Realização
RFB	03d:11h:16min	02d:11h:45min	139,36%
3ª RF	05d:02h:24min	04d:15h:07min	110,15%

- a) Utilidade : mensurar a agilidade no controle aduaneiro das importações
- b) Tipo: eficiência



- c) Fórmula de cálculo: Tempo médio decorrido entre o registro da Declaração de Importação (DI) até o seu desembaraço, no período.
- d) Método de aferição: Sistema Siscomex Gerencial
- e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Coana.
- f) Resultado do indicador no exercício. 110,15%
- g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador.
Não Houve.
- h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.

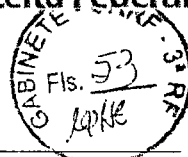
O resultado superou a meta esperada, baixando o tempo de 5 para 4 dias.

Indicador: Tempo médio bruto de despacho aduaneiro na exportação

Índice de Realização da Meta de Tempo Bruto de Despacho de Exportação Ano 2007			
	Meta	Realizado	Índice de Realização
RFB	00d:10h:33min	00d:09h:21min	112,82%
3ª RF	00d:06h:14min	00d:16h:33min	37,68%

- a) Utilidade : mensurar a agilidade no controle aduaneiro das exportações
- b) Tipo: eficiência
- c) Fórmula de cálculo: Tempo médio decorrido entre a recepção da Declaração de Exportação (DE) até o seu desembaraço, no período.
- d) Método de aferição: Sistema Siscomex Gerencial .
- e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Coordenação-Geral de Administração Aduaneira - Coana.
- f) Resultado do indicador no exercício. 37,68%
- g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador.

O índice de realização anual não foi atingido em função, principalmente, do resultado apresentado no mês de abril, quando o tempo médio bruto consolidado do despacho aduaneiro de exportação da 3ªRF ficou completamente comprometido em decorrência do desembaraço de algumas declarações de exportação, *a posteriori*, referentes a fornecimento de bordo, na Alfândega do Porto de Fortaleza, recepcionadas com pendências e que há alguns anos estavam aguardando uma



decisão sobre o procedimento a ser seguido para concluir o processo de despacho aduaneiro.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.

Os casos que provocaram a distorção tanto na Alfândega do Porto de Fortaleza, em abril e julho, quanto na Alfândega do Porto de São Luís, em agosto, foram identificados como despachos de exportação com registro de declaração na modalidade pós-embarque.

Isto significa que, em termos práticos, os exportadores não sofreram efetivamente prejuízos decorrentes das atividades de controle aduaneiro, uma vez que as mercadorias já haviam embarcado.

Houve orientação para as unidades locais, no sentido de que o despacho de exportação somente deveria ser interrompido nos termos do art. 30, da Instrução Normativa SRF nº 28, de 27 de abril de 1994.

Com esta medida, durante os meses de setembro a dezembro a 3ª RF cumpriu plenamente a meta estabelecida para o quadrimestre.

5.4. Vigilância e Repressão

A apreensão de mercadorias em decorrência da fiscalização e controle sobre o comércio exterior exercido pela RFB totalizou R\$ 1,051 bilhões, no período de janeiro a dezembro de 2007, o que significa um incremento de 20 % em relação ao mesmo período do ano passado.

Os produtos piratas e outras mercadorias que não podem ser levadas a leilão, doadas a entidades sem fins lucrativos ou incorporadas ao patrimônio público, por estarem em desacordo com as normas que regulam o seu consumo ou utilização, foram objeto de destruição. Em 2007 mais de 7.000 toneladas de produtos piratas e contrabandeados avaliados em cerca de R\$ 228 milhões foram destruídos, deixando de ingressar no mercado doméstico, evitando-se alto potencial de risco à saúde e à segurança das pessoas e ao meio ambiente, bem assim preservando a indústria, o comércio e os empregos nacionais.

Na 3ª Região fiscal, a repressão/vigilância atuou de forma expressiva, mesmo contando com uma estrutura pequena, realizando 50% a mais do que a meta prevista. Esse desempenho não significa impropriedade no estabelecimento da meta, antes reflete o esforço realizado pela Região com vistas a oferecer respostas imediatas às



demandas desse segmento, através da priorização de algumas ações repressivas não previstas no planejamento inicial. Os crimes de contrafação, contrabando e descaminho ocorrem diuturnamente, cabendo à RFB combatê-los dentro das suas atribuições regimentais e dentro das suas possibilidades estruturais. Em 2007 essas ações apreenderam um considerável volume de mercadorias, cujo valor atingiu a cifra de 6,2 milhões de reais. Entre as mercadorias apreendidas destacamos relógios, CD, equipamentos de informática, pneus, automóveis, perfumes, brinquedos, caçaníqueis e outras mercadorias. Essas ações contribuem para o saneamento da atividade produtiva que paga tributos e coopera com o desenvolvimento do País. Em resumo foram lavrados 156 termos de retenção e 42 autos de infração, além de expedidas 223 intimações e elaboradas 59 representações fiscais nas 61 ações realizadas pela Divisão de Repressão e Vigilância.

Indicador: Realização das metas de operações de vigilância e repressão

Índice de Realização da Meta de Vigilância e Repressão			
Ano 2007			
	Meta	Realizado	Índice de Realização
RFB	1.538	2.375	154,42%
3ª RF	40	61	152,50%

- a) Utilidade: mensurar o nível de presença fiscal, mediante ações de vigilância e repressão
- b) Tipo: eficácia
- c) Fórmula de cálculo: Quantidade de ações de vigilância e repressão realizadas dividida pela quantidade de ações programadas
- d) Método de aferição: Direto, através do número previsto versus o realizado.
- e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Corep
- f) Resultado do indicador no exercício: 152,50%
- g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador.
Não Houve.
- h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.

As ações foram executadas dentro do planejamento realizado para 2007.



5.5. Interação com a sociedade e fortalecimento do cumprimento espontâneo

Dentro da estratégia institucional de fortalecimento do cumprimento espontâneo por meio do atendimento à distância, a RFB oferece três canais de acesso:

- atendimento via Internet: o sítio da RFB na Internet registrou aproximadamente 522 milhões de acessos em 2007. A quantidade de declarações recebidas por este meio foi de mais de 43 milhões. O Serviço Interativo de Atendimento Virtual, e-Cac, com uso de certificados digitais - que permite o atendimento de serviços resguardados pelo sigilo fiscal, registrou 42 milhões de acessos em 2007, contra 16,9 em 2006;
- Fale Conosco: foram respondidas aproximadamente 219 mil consultas, via Fale Conosco, serviço de correio eletrônico da RFB;
- Receitafone: em 2007 recebemos aproximadamente 4 milhões de ligações no Receitafone, serviço de atendimento telefônico da RFB, entre consultas automáticas e atendimentos personalizados.

No ano de 2007, foram atendidos aproximadamente 17,3 milhões de contribuintes, nas unidades de atendimento da RFB, bem superior aos 11,2 milhões atendidos em 2006. O aumento do número de atendimentos justifica-se, principalmente pela unificação da SRP e SRF e pela implantação do Simples Nacional. Em conseqüência, observou-se um aumento considerável no Tempo Médio de Espera por Serviços, que em 2007 foi de aproximadamente 32 minutos, acima dos 27 minutos, média anual de 2006.

Na 3ª Região fiscal, o tempo médio de espera ficou 4 minutos e 42 segundos acima da meta prevista que era de 21 minutos. Abaixo temos as considerações sobre o não cumprimento dessa meta. O bom atendimento tem sido uma ocupação constante da RFB, priorizando o respeito ao cidadão e buscando formas alternativas para solução das demandas fiscais com utilização intensiva do uso da Internet e de convênios com parceiros (Banco do Brasil, Caixa Federal, Correios).

Indicador: Tempo Médio de Espera por Atendimento – CAC e Agências

Índice de Realização da Meta de Tempo Médio de Espera por Atendimento Ano 2007			
	Meta	Realizado	Índice de Realização
RFB	23min:00seg	29min:30seg	128,26%
3ª RF	21min:00seg	25mi:42seg	81,71%



SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL
GABINETE

RUA BARÃO DE ARACATI, 909 – 4º ANDAR – CEP 60115-901 -ALDEOTA - FORTALEZA - CE
TEL. (085) 3878-3400 - FAX (85) 3878-3483



a) Utilidade : mensurar a agilidade no atendimento ao contribuinte

b) Tipo: eficiência

c) Fórmula de cálculo: Tempo médio decorrido entre a retirada pelo contribuinte da senha no ponto de atendimento e o início da prestação do serviço pelo atendente.

d) Método de aferição: Saga

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Coint.

f) Resultado do indicador no exercício. 81,71%

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador.

Com a Unificação e a entrada em vigor da Lei do Simples Nacional houve um acréscimo considerável de demanda nos Centros de atendimento o que impossibilitou o cumprimento da meta proposta de 21 minutos. Nada obstante o resultado pode ser considerado bom se levarmos em consideração que essa meta ficou a menos de 5 minutos do proposto.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.

Distribuição de horário de atendimento em dois turnos a partir do segundo semestre de 2007 como forma de melhor adequar à demanda à capacidade de atendimento da RFB, além de direcionamento facilitado para o atendimento com agendamento via Internet.

6. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA

SEM INFORMAÇÃO PARA ESTE ITEM.

7. INSTITUIÇÕES BENEFICIADAS POR RENÚNCIA FISCAL

SEM INFORMAÇÃO PARA ESTE ITEM.

8. OPERAÇÕES DE FUNDOS

SEM INFORMAÇÃO PARA ESTE ITEM.



Ministério da Fazenda



Receita Federal

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL
GABINETE

RUA BARÃO DE ARACATI, 909 – 4º ANDAR – CEP 60115-901 -ALDEOTA -FORTALEZA -CE
TEL. (085) 3878-3400 - FAX (85) 3878-3483

ANEXO E

Demonstrativo de transferências realizadas no Exercício (Item I-1.3 do Anexo X da DN-TCU-85/2007).

CONVENIADO – CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA - CIEE

TIPO	CÓDIGO SIAFI/SIASG	CÓDIGO UG	UNIDADE	IDENTIFICAÇÃO DO TERMO INICIAL E ADITIVOS	OBJETO DA AVENÇA	DATA DA PUBLICAÇÃO NO DOU	VALOR TOTAL PACTUADO	VALOR TOTAL RECEBIDO/ TRANSFERIDO NO EXERCÍCIO	CONTRAPARTIDA	BENEFICIÁRIO (RAZÃO SOCIAL E CNPJ)	SITUAÇÃO DA AVENÇA
CONVÊNIO	466539	170028	DRF/SLS	Convênio SRRF03 Nº 01/2002	Realização de estágio e concessão de bolsa de estágio a estudantes de nível Universitário.	28/08/2002	R\$ 1.417.260,00 (60 MESES)	20.434,25	SEM CONTRAPARTIDA	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA CNPJ – 61.600.839/0001-55	REGULAR
	466553	170030	DRF/IMP					19.649,46			
	466253	170035	DRF/TSA					13.043,95			
	465936	170040	SRRF03					5.798,00			
	466818	170041	DRF/FOR					26.695,43			
	466632	170042	DRF/JNE					16.445,00			
	467918	170108	ALF/FOR					10.693,30			
	466593	170225	ALF/SLS					9.058,62			
	466712	170330	DRF/SOB					4.236,82			
	466552	170337	DRF/FLO					11.960,00			
466230	170387	ALF/APM	8.279,11								





ANEXO F

Atos de Admissão e Desligamento (Item 11 do Anexo II da DN-TCU-85/2007).

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS

ATOS DE ADMISSÃO E DESLIGAMENTOS OCORRIDOS NO ÂMBITO DA RFB
2007

ATOS	REGIÃO FISCAL	QUANTIDADE	REGISTRADOS NO SISAC
ADMISSÃO	3ª RF	3	3
DESLIGAMENTO	3ª RF	8	8

Observação:

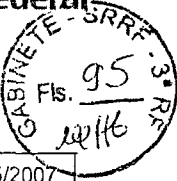
O processo de aposentadorias e pensões é centralizado na Coordenação-Geral de Recursos Humanos – COGRH do Ministério da Fazenda. Portanto, o quantitativo de aposentadorias e pensões solicitado neste anexo estará contemplado no Processo de Tomada de Contas 2007 do Órgão 25000 – Ministério da Fazenda.

ANEXO G

OUTRAS INFORMAÇÕES (ITEM 15 DO ANEXO II DA DN-TCU-85/2007).

1) RELAÇÃO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS REALIZADOS EM 2007 POR UG

PROCESSOS LICITATÓRIOS HOMOLOGADOS	OBJETO	MODALIDADE/Nº
UG 170028 - DRF/SLS		
10320.003707/2006-11	COMBUSTÍVEIS, FILTROS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DOS VEÍCULOS.	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2007
10320.003616/2006-77	MATERIAL DE CONSUMO	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2007
10320.003711/2006-71	CARIMBOS, SERVI. DE CONFECÇÃO DE COPIAS DE CHAVES, ETC.	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2007
10320.003247/2006-12	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PAINÉIS DIVISÓRIOS,	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2007

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL
GABINETERUA BARÃO DE ARACATI, 909 - 4º ANDAR - CEP 60115-901 - ALDEOTA - FORTALEZA - CE
TEL. (085) 3878-3400 - FAX (85) 3878-3483

10320.003379/2006-44	MATERIAL DE CONSUMO	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2007
10320.001281/2006-52	TRANSPORTE DE BAGAGEM E MOBILIÁRIO DE SERVIDOR	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2007
10320.000856/2007-09	SERVIÇO TELEFÔNICO COMUTADO - STFC NA MODALIDADE LONGA DISTÂNCIA	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00007/2007
10320.001653/2007-21	MATERIAIS DE CONSUMO DIVERSOS	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00009/2007
10320.001663/2007-67	ADAPTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA REDE LÓGICA/ELETRICA E MUDANÇA DO LAY OUT DAS SEÇÕES.	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00010/2007
10320.001691/2007-84	MANUTENÇÃO NOS ESTABILIZADORES E NO BREAKS.	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00011/2007
10320.001404/2007-36	REPAROS, MANUTENÇÃO E ADAPTAÇÃO DE IMÓVEIS	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00012/2007
10320.002736/2007-38	MATERIAL PERMANENTE	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00013/2007
10320.004554/2007-00	AQUISIÇÃO DE ARQUIVOS DESLIZANTES.	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00007/2006

UG 170030 - DRF/IMP		
10325.000304/2007-42	SERVIÇOS DE DETETIZAÇÃO	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2007
10325.001.167/2007-63	MATERIAL DE CONSUMO	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2007
10325.001.264/2007-56	PASSAGEM AÉREA	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2007 (REVOGADO)
10325.001.197/2007-70	TELEFONISTA	PREGÃO Nº 04/2007
10325.000.001/2007-19	SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2007
10325.001.264/2007-56	PASSAGENS AÉREAS	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2007
10325.001.625/2007-64	MATERIAL PERMANENTE INVESTIMENTO	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2007
10325.000.928/2006-89	REFORMA DA ARF-CAROLINA-MA	TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2007

UG 170035 - DRF/TSA		
10384.000792/2007-93	MATERIAL DE CONSUMO	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2007
10384.001213/2007-20	MATERIAL DE CONSUMO	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2007
10384.003035/2007-71	REPROGRAFIA	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2007
10384.005421/2007-06	MATERIAL DE CONSUMO	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2007
10384.005280/2007-13	MATERIAL PERMANENTE	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2007
10384.001213/2007-20	REPARO E MANUTENÇÃO	CONVITE Nº 01/2007

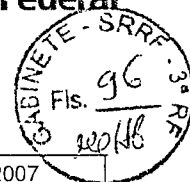
UG 170040 - SRRF03		
10380002789/2007-44	SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL	PREGÃO ELETRÔNICO 01/2007 (LICITAÇÃO REVOGADA)
10380.003384/2007-23	SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL	PREGÃO ELETRÔNICO 02/2007
10380.002789/2007-44	SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL	PREGÃO ELETRÔNICO 03/2007
10380.005324/2007-45	MATERIAL DE CONSUMO	PREGÃO ELETRÔNICO 05/2007
10380.012079/2007-22	PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS	PREGÃO ELETRÔNICO 06/2007
10380.014057/2007-05	COMBUSTÍVEIS E MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS	PREGÃO ELETRÔNICO 07/2007
10380.012325/2007-46	TRANSPORTE INTERMODAL (AÉREO E TERRESTRE)	PREGÃO ELETRÔNICO 08/2007
10380.012665/2007-77	TRANSPORTE RODOVIÁRIO INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL	PREGÃO ELETRÔNICO 09/2007
10380.013933/2007-78	MATERIAL DE CONSUMO	PREGÃO ELETRÔNICO 10/2007

UG 170041 - DRF/FOR		
10380.004525/2007-25	MATERIAL DE CONSUMO (PAPEL A4)	PREGÃO ELETRÔNICO 2/2007
10380.004526/2007-70	MATERIAL DE EXPEDIENTE E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA.	PREGÃO ELETRÔNICO 3/2007
10380010415/2007-01	CABEAMENTO ESTRUTURADO, COMPOSTA DE PISO ELEVADO	PREGÃO ELETRÔNICO 5/2007



SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL
GABINETE

RUA BARÃO DE ARACATI, 909 – 4º ANDAR – CEP 60115-901 -ALDEOTA -FORTALEZA -CE
TEL. (085) 3878-3400 - FAX (85) 3878-3483



10380014322/2007-47	MATERIAL DE CONSUMO E INFORMÁTICA	PREGÃO ELETRÔNICO 8/2007
10380014375/2007-65	MATERIAL PERMANENTE	PREGÃO ELETRÔNICO 9/2007

UG 170042 - DRF/JNE		
10315.000287/2007-62	MATERIAL DE EXPEDIENTE	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2007
10315.000217/2007-12	MATERIAL DE CONSUMO	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2007
10315.001003/2007-55	REPAROS E ADAPTAÇÕES ARF/IGUATU-CE	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2007

UG 170108 - ALF/PORTO/FOR		
NÃO REALIZOU LICITAÇÕES		

UG 170225 - ALF/PORTO/SLS		
18336.001932/2006-47	COMBUSTÍVEL	Pregão eletrônico nº 03/2006
18336.001885/2006-31	CONTRATAÇÃO DE MOTORISTA	Pregão eletrônico nº 04/2006
10320.000300/2004-61	SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO PREDIAL	Pregão nº 05/2005
10320.000856/2007-09	SERVIÇO DE TELEFONIA FIXA COMUTADA – STFC LONGA DISTÂNCIA INTRA-REGIONAL E INTER-REGIONAL.	Pregão nº 07/2007
10320.003311/2006-65	PASSAGEM AÉREA	Pregão Nº 10/2006
10320.000196/2007-58	TELEFONIA FIXA.	Pregão nº 07/2005

UG 170330 - DRF/SOB		
13312.000564/2006-74	SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	Pregão DRF/SOB Nº 04/2006
13312.000580/2006-67	SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA.	Pregão DRF/SOB Nº 05/2006
13312.000286/2007-36	REPAROS E ADAPTAÇÕES - ARF/CRATEUS	Convite DRF/SOB Nº 01/2007.
13312.000561/2007-11	REPAROS E ADAPTAÇÕES DE IMÓVEIS	Convite DRF/SOB Nº 02/2007.
13312.000153/2007-60	MATERIAL DE CONSUMO	Pregão DRF/SOB Nº 01/2007
13312.000159/2007-37	STFC NA MODALIDADE LONGA DISTÂNCIA NACIONAL	Pregão DRF/SOB Nº 03/2007
13312.000302/2007-91	MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	Pregão DRF/SOB Nº 04/2007
13312.000808/2007-08	MATERIAL PERMANENTE – MOBILIÁRIO	Pregão DRF/SOB Nº 05/2007
13312.000816/2007-46.	COMUNICAÇÃO VISUAL DAS ARF'S.	Pregão DRF/SOB Nº 06/2007

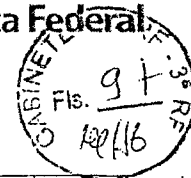
UG 170337 - DRF/FLO		
13362.000010/2007-62	FORNECIMENTO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DE SECRETARIADO.	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2007
13362.000206/2007-57	MATERIAL DE CONSUMO	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2007

UG 170387 – ALF/APM		
NÃO REALIZOU LICITAÇÕES		

1.1) RELAÇÃO DE DISPENSAS DE LICITAÇÕES EM 2007 POR UG

TIPO (D ou I)	OBJETO	FORNECEDOR EMPRESA E CNPJ	VALOR
------------------	--------	------------------------------	-------

UG 170028 - DRF/SÃO LUIS			
I	SERVIÇO DE MALOTE/CORREIO.	EMPRESA BRAS. DE CORREIOS E TELÉGRAFOS CNPJ: 34.028.316/0034-71	5.630,89
D	FORNECIMENTO D'ÁGUA PARA ARFS	CAEMA-CIA. DE ÁGUA E ESGOTOS DO MARANHÃO CNPJ: 6274757/0001-50	2.959,88
D	FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA AS 07(SETE) AGÊNCIAS.	CIA. ENERGÉTICA MARANHÃO CNPJ: 06272793/0001-84	119.482,27

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL
GABINETERUA BARÃO DE ARACATI, 909 – 4º ANDAR – CEP 60115-901 -ALDEOTA - FORTALEZA -CE
TEL. (085) 3878-3400 - FAX (85) 3878-3483

D	LAUDO TÉCNICO DAS INSTALAÇÕES (ARF/CODÓ(MA).	KMTECH ENGENHARIA E SERVICOS LTDA CNPJ: 03651763/0001-90	2.270,54
D	SERVIÇO DE RECUPERAÇÃO DE 39(TRINTA E NOVE) MESAS	INST. POBRES SERVOS DA DIVINA-PROVIDENCIA CNPJ: 92726819/0012-01	4.280,00
D	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE 01(UM) APARELHO DE AR CONDICIONADO	P.MOURA ROCHA CNPJ: 04057695/0001-07	2.155,00
D	SERVIÇOS DE CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO DE PREGOEIRO E SISTEMAS DE REGISTRO DE PREÇOS	N.P EVENTOS E SERVICOS LTDA CNPJ: 07797967/0001-95	985,00
D	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE 01(UM) APARELHO DE AR CONDICIONADO	LOBATO'S COM. DE UTILIDADES ON LINE LTDA ME CNPJ: 08961895/0001-32	1.498,90
D	SERVIÇO DE MUDANÇA DE SERVIDOR, TRECHO SÃO LUIS(MA)-PORTO ALEGRE(RS).	TRAFFICK LINE TRANSP. CONSULT. REPRESENT. LTDA CNPJ: 07167554/0001-27	1.750,00
D	SERVIÇO DE TREINAMENTO DE PREGOEIRO	TREIDE-APOIO EMPRESARIAL LTDA CNPJ: 01920819/0001-30	1.290,00
D	SERVIÇOS DE TREINAMENTO NA ÁREA DE GESTÃO DE PESSOAS	CLASSE A CONSULTORIA E ASSESSORIA-LTDA CNPJ: 06121897/0001-98	3.200,00

UG 170030 - DRF/IMPERATRIZ-MA

D	ENERGIA ELÉTRICA	CIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO CNPJ: 06.272.793/0001-84	164.869,00
I	ÁGUA E ESGOTO	CAEMA CNPJ: 06.274.757/0001-50	10.163,33
D	PROJETO ARF BALSAS-MA	CONSTRUTORA PORTO BELO LTDA CNPJ: 03.838.312/0001-67	8.741,70
D	SERVIÇOS DE ENGENHARIA	SOLOTETO CNPJ: 35.158.484/0001-86	8.033,95
I	SERVIÇOS DE MALOTE (SERCA)	EBCT- EMPRESA BRAS. CORREIOS E TELEGRAFOS CNPJ: 34.028.316/0034-71	7.942,50
D	LOCAÇÃO DE FOTOCOPIADORA	TRICOM ALLIANCE LTDA 04.699.703/0001-00	7.144,01
D	SERVIÇOS GRÁFICOS	GRÁFICA NORDESTE CNPJ: 69.554.137/0001-94	5.940,00
D	ÓLEO DIESEL	AUTO POSTO COIMBRA CNPJ: 01.265.747/0001-34	5.445,32
D	MATERIAL DE CONSTRUÇÃO	SLS DE SOUSA - CONSTRUÇÃO CNPJ: 03.521.060/0001-48	4.739,00
D	MATERIAL DE EXPEDIENTE	FLAVIA LOPES BARROS CNPJ: 08.662.335/0001-87	2.497,49
D	MATERIAL DE EXPEDIENTE	MOREIRA E ZACKARKO LTDA CNPJ: 07.369.995/0001-01	738,78
D	MATERIAL DE EXPEDIENTE	LAZARO BEZERRA SOARES 06.088.333/0001-09	893,39

UG 170035 - DRF/TERESINA

D	COMBUSTIVEL	POSTO MAREXAL CNPJ Nº 04.911.404/0001 - 98	5.549,50
D	CONFECÇÃO DE CARIMBOS	RIVALDO PAIVA ME CNPJ Nº 23.629.462/0001 - 78	5.880,00
D	REFORMA DE SOFÁS E CADEIRAS	J. P. SAMPAIO ME CNPJ Nº 04.212.457/001 - 10	4.510,00
D	ASSINATURA DE PERIÓDICO (S)	INFORMAÇÕES OBJETIVAS P. J. LTDA CNPJ Nº 43.217.850/001 - 59	2.990,00
D	ÁGUA MINERAL	M. C. S. SALSA DISTRIB. DE BEBIDAS LTDA. CNPJ Nº 08.944.418/0001-69	3.200,00



Ministério da Fazenda



Receita Federal

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL
GABINETE

RUA BARÃO DE ARACATI, 909 – 4º ANDAR – CEP 60115-901 -ALDEOTA -FORTALEZA -CE
TEL. (085) 3878-3400 - FAX (85) 3878-3483



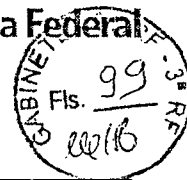
D	FOSSA SÉPTICA	DINÂMICA CONSTRUÇÕES LTDA. CNPJ Nº 04.580.087/0001-63	4.592,50
D	APARELHO DE AR CONDICIONADO (COMPRESSOR)	Q. G. INSTALAÇÕES E REFRIGERAÇÃO LTDA. – ME CNPJ Nº 02.906.109/0001-98	1.935,00
D	ESTABILIZADOR	C.S. INDÚSTRIA LTDA. CNPJ Nº 91.821.637/0001-02	6.247,00
D	AQUISIÇÃO DE LIXEIRAS SELETIVAS	FIBRAPI LTDA. CNPJ Nº 05.673.047/0001-30	4.590,00
D	MATERIAL DE EXPEDIENTE	GRÁF. EDITORA POPULAR IND. E COM. LTDA – ME CNPJ Nº 00.524.453/0001-17	4.390,00
I	FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA	COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ S.A. – CEPISA CNPJ Nº 06.840.748/0001-89	65.260,23
I	FORNECIMENTO DE ÁGUA E TRAT. DE ESGOTO (ARF's PIIPIRI E PARNAIBA)	ÁGUAS E ESGOTOS DO PIAUI S.A. – AGESPISA CNPJ Nº 06.845.747/0001-27	1.788,98

UG:170040 - SUP. REG. REC. FEDERAL 03RF

D	SERVIÇOS DE TELEFONIA FIXA LOCAL, ASSINATURA BÁSICA, STFC	TELEMAR NORTE LESTE S/A CNPJ 06.272.793/0001-84	4.502,38
D	AQUISIÇÃO DE 01 PERIÓDICO DE BLC – BOLETIM DE LICITAÇÕES E CONTRATOS.	EDITORA NDJ LTDA CNPJ: 54102785/0001-32	4.430,00
D	INSCRIÇÃO DE SERVIDORES NO II CONGRESSO BRASILEIRO DE PREGOEIROS.	N.P EVENTOS E SERVIÇOS LTDA CNPJ: 07797967/0001-95	4.785,00
D	LOCAÇÃO DE 08 (OITO) RÁDIOS TRONCALIZADOS, ANALÓGICOS	NEXTEL TELECOMUNICAÇÕES LTDA CNPJ: 66970229/0041-54	4.616,56
D	ASSINATURA DE PERIÓDICOS	DIRECTREDE LEGISLAÇÃO BRASILEIRA INFORMATIZADA S/A CNPJ: 04257307/0001-23	7.960,00
D	AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO (ESTABILIZADOR DE TENSÃO)	STYLE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA CNPJ: 03658557/0001-02	6.198,00
D	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA DE 02 (DUAS) UNIDADES DE FITAS DO SERVIDOR	TANDBERG DATA DO BRASIL LTDA CNPJ: 04439752/0001-04	4.286,00
D	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PARA ATUAREM NO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS.	FUNDAÇÃO MEDICA E EDUCACIONAL PROFTEIXEIRA CNPJ: 10461911/0001-70	6.000,00
D	RENOVAÇÃO DE UMA ASSINATURA ANUAL DE PERIÓDICOS.	VALDEMAR PIZARRO & CIA LTDA CNPJ: 41997685/0001-70	7.820,00
D	INSCRIÇÃO DOS SERVIDORES EM EVENTO DE CAPACITAÇÃO.	CLASSE A CONSULTORIA E ASSESSORIA-LTDA CNPJ: 06121897/0001-98	4.800,00
D	AQUISIÇÃO DE UMA IMPRESSORA	J.M.C COM.E SERV.DE INFORM. TELECOMUNICAÇÕES CNPJ: 07360914/0001-02	4.590,00
I	SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO DE PUBLICIDADE LEGAL.	RADIOBRAS EMP. BRASILEIRA DE -COMUNICACAO S/A CNPJ: 00464073/0001-34	2.257,40

UG:170041 - DRE/FORTALEZA

I	FORNECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO NAS ARFs	CIA DE AGUA E ESGOTO DO CEARA - CAGECE CNPJ : 07.040.108/0001-57	7.785,78
D	FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA ARFs	COMPANHIA ENERGETICA DO CEARA CNPJ: 07.047.251/0001-70	123.400,35
D	VIGILÂNCIA ARMADA E SEGURANÇA (PERÍODO CARNAVALESKO)	SERVNAC SEGURANCA LTDA CNPJ: 12.285.169/0001-14	5.937,16
D	ASSINATURA DE PERIÓDICOS.	EDITORA N D J LTDA CNPJ : 54.102.785/0001-32	6.740,00
D	AQUISIÇÃO DE PASTAS PARA UTILIZAÇÃO EM EVENTOS DE CAPACITAÇÃO.	BTS COM. E SERVIÇOS DE BRINDES LTDA - ME. CNPJ: 72.565.864/0001-61	4.000,00
D	SERVIÇOS DE REPAROS EM 6(SEIS) FRAGMENTADORAS DE PAPEL	SEPOL-COM. SERV. DE TELEFONIA E INFORM. LTDA CNPJ : 08.051.413/0001-07	2.580,00
D	ASSINATURA DE PERIÓDICOS	JOB INFORM.OBJETIVAS – PUBLIC. JURIDICAS LTDA CNPJ : 43.217.850/0001-59	2.778,00

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL
GABINETERUA BARÃO DE ARACATI, 909 - 4º ANDAR - CEP 60115-901 - ALDEOTA - FORTALEZA - CE
TEL. (085) 3878-3400 - FAX (85) 3878-3483

D	EXECUÇÃO DE REPAROS GERAIS, PRINCIPALMENTE, NA COBERTA DO PRÉDIO DA ARF/BATURITE.	CONSTRUTORA GUARAMIRANGA LTDA CNPJ: 07.059.262/0001-70	12.153,72
D	TREINAMENTO DE SERVIDORES DA DRF/FOR(CAC), NA ÁREA DE ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE.	KHARIS DESENV. HUM. E TERAPIAS HOLISTICAS CNPJ: 06.354.861/0001-54	3.500,00
D	CURSO DE CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO DE PREGOEIROS.	N.P EVENTOS E SERVICOS LTDA CNPJ: 07.797.967/0001-95	2.300,00
D	ELABORAÇÃO DO PROJETO ARF/QUIXADÁ	JOSE ANTENOR VIANA COELHO CNPJ: 04.695.031/0001-65	11.510,00

UG-170042 - DRF/JUAZEIRO DO NORTE

D	ENERGIA ELÉTRICA	COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE CNPJ: 07.047.251/0001-70	253.612,90
D	COMBUSTÍVEL E OLEO LUBRIFICANTE	URBANO COM. DE LUBRIFICANTES LTDA CNPJ: 05775567/0001-53	7.744,21
D	MAT. ELÉTRICO E HIDRÁULICO	JUA COML MÁQ. E FERRAMENTAS LTDA CNPJ: 07.167.278/0001-05	931,75
		DESTAK CONSTRUÇÕES LTDA CNPJ: 00.400.728/0001-00	4.313,50
		M. MESSIAS DE MOURA ME CNPJ: 69.716.173/0001-07	492,00
		RAIMUNDO ALVES RIBEIRO CNPJ: 07.980.576/0001-01	628,90
D	MANUTENÇÃO APAR. E CENTRAIS DE AR-CONDICIONADO	ANTONIO SINÉSIO XENOFONTE PREST. SERVIÇOS CNPJ: 05.809.945/0001-72	6.330,00
D	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE ESQUADRIAS DE ALUMÍNIO E VIDROS	DECART COM. E SERVIÇOS LTDA CNPJ: 63.486.500/0001-03	5.263,70
D	AGUA E ESGOTO	CAGECE - CIA DE AGUA E ESGOTO DO CEARÁ CNPJ: 07.040.108/0001-57	5.209,69
D	REPAROS E ADAPTAÇÕES - ARF/IGUATU/CE	EMPRESA DE SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA CNPJ: 02.927.915/0001-72	5.123,75
D	AQUISIÇÃO DE PNEUS	PNEUS CANTEIROS LTDA CNPJ: 01.739.141/0004-36	4.580,00
D	AQUISIÇÃO DE TONER LEXMARK E332N	FS COMÉRCIO DE INFORMÁTICA LTDA CNPJ: 07.798.364/0001-08	3.950,00
D	MANUTENÇÃO VEÍCULO	NEWLAND VEÍCULOS LTDA CNPJ: 41.597.303/0002-00	3.900,95
D	MANUTENÇÃO NO-BREAK COM SUBST. BATERIAS	TITO LÍVIO DE MIRANDA PINTO CNPJ: 35.000.744/0001-90	3.570,00

UG-170108 - ALF/PORTO/FORTALEZA

D	ENERGIA ELÉTRICA	COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ CNPJ: 07.047.251/0001-70	37.040,47
D	REFORMA DO TELHADO DO DMA	ORLANDO SILVIO COSTA ME CNPJ: 35.026.673/0001-03	19.830,00
D	INSTALAÇÃO DE PORTÕES DE FERRO	ORLANDO SILVIO COSTA ME CNPJ: 35.026.673/0001-03	7.216,43
D	FIXAÇÃO DE PORTÃO E ESQUARIA DE ALUMÍNIO	AFRANIO SANFORD GUIMARÃEA JUNIOR CNPJ: 04.512.062/0001-33	6.212,13
D	AQUISIÇÃO DE ARMÁRIOS (MAT PERMANENTE)	PROGRAMA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA CNPJ: 05.216.395/0001-88	5.413,57
D	SERVIÇOS DE CAPATAZIA	SERTEC SERVIÇOS TERCEIRIZADOS E CONSTRU CNPJ: 00.850.643/0001-24	2.215,84
D	COLETA DE LIXO	LIMP-TUDO SERV. DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO CNPJ: 03.825.354/0001-63	1.756,91
D	ENCADERNAÇÃO E CARIMBOS	ANTONIO SALE MACHADO CNPJ: 06.371.596/0001-12	1.232,00



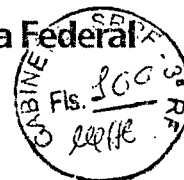
Ministério da Fazenda



Receita Federal

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL GABINETE

RUA BARÃO DE ARACATI, 909 - 4º ANDAR - CEP 60115-901 - ALDEOTA - FORTALEZA - CE
TEL. (085) 3878-3400 - FAX (85) 3878-3483



D	AQUISIÇÃO DE COPOS DESCARTAVEIS	IMPAKTO PRODUTOS HIGIENE E LIMPEZA CNPJ: 60.567.633/0001-08	1.045,07
D	AQUISIÇÃO DE CAFÉ TORRADO E MOIDO	DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS FARTURA CNPJ: 03.720.882/0005-81	892,16

UG 170225 - ALF/PORTO/SLS

D	REVISÃO DOS VEÍCULOS(ÔNIBUS E BAÚ)	PAVEL CNPJ: 35.184.126/0001-48	819,70
D	LIMPEZA E MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS COPIADORAS	R P MENDONÇA-EPP CNPJ: 63.445.266/0001-68	1.090,00
D	COLETES E BONÉS	PARGA E FILHOS LTDA. CNPJ: 04.398.811/0001-43	2.300,00
D	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	RGV CNPJ: 04.172.311/0001-95	12.405,22
D	ÁGUA MINERAL	J F ROCHA SANTOS CNPJ: 03.528.467/0001-05	1.598,40
D	ASSINATURA DE PERIÓDICO(S)	V P 7CIA-WALDEMAR PIZARRO CNPJ: 41.997.685/0001-70	4.100,00
D	MATERIAL DE CONSUMO	LOUREIRO E AMARAL LTDA. CNPJ-41.492.604/0001-80 P F L COMÉRCIO LTDA. CNPJ-01.601.066/0001-08 ARAÚJO E VILELA LTDA CNPJ-06.277.530/0001-68	1.653,28 677,40 1.764,99

UG 170330 - DRF/SOBRAL

D	ENERGIA ELETRICA	COELCE - CIA ENÉRGICA DO CEARÁ CNPJ 07047251/0001-70	197.010,06
I	TELEFONIA FIXA LOCAL	TELEMAR NORTE LESTE S/A CNPJ 33000118/0015-74	24.823,90
D	PROJETO DE ARQUITETURA ARF/CAMOCIM	JOSE ANTENOR VIANA COELHO CNPJ 04695031/0001-65	14.916,00
D	COMUNICAÇÃO VISUAL	TECH INDUSTRIA E CONST LTDA CNPJ 01974647/0001-87	7.980,00
D	ABASTECIMENTO D'AGUA	SAAE SOBRAL CNPJ 07817778/0001-37	7.800,00
D	MANUTENÇÃO ELEVADOR	ATLAS SCHINDLER CNPJ 00028986/0005-31	5.400,00
D	ESTAÇÃO TRABALHO E DIVISÓRIAS	MOBRAN IND COMERCIO CNPJ 03705186/0001-72	5.010,00
D	DIVISÓRIAS PARA ARF/CAMOCIM	PREMCO CNPJ 72428196/0001-20	4.000,00
D	OLEO DIESEL	GLORIMAR PETROLEO E LUB LTDA CNPJ 01488905/0001-15	3.840,00
D	ABASTECIMENTO D'AGUA	CAGECE CNPJ 07040108/0001-57	3.600,00

UG 170337 - DRF/FLO

I	SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE E ENTREGA DE MALOTES (CONTRATO SERCA).	EMPRESA BRAS. DE CORREIOS E TELÉGRAFOS CNPJ Nº 34.028.316/0022-38	11.278,39
I	FORNECIMENTO DE ÁGUA CANALIZADA, COLETE E TRATAMENTO DE ESGOTOS.	ÁGUAS E ESGOTOS DO PIAUÍ S/A CNPJ Nº 06.845.747/0001-27.	6.818,63
I	FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA.	COMPANIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ S/A CNPJ Nº 06.840.748/0001-89	128.763,30
D	LAUDO DE AVALIAÇÃO DO VALOR LOCATIVO DO IMÓVEL (ARF/SÃO RAIMUNDO NONATO/PI).	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF CNPJ Nº 00.360.305/0001-04.	3.000,00



SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL
GABINETE

RUA BARÃO DE ARACATI, 909 – 4º ANDAR – CEP 60115-901 -ALDEOTA -FORTALEZA -CE
TEL. (085) 3878-3400 - FAX (85) 3878-3483



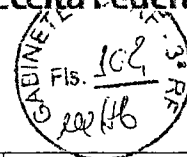
D	AQUISIÇÃO DE CAFÉ, AÇUCAR E COPOS DESCARTÁVEIS.	FRANCILENE FELINTRO DA ROCHA - ME, CNPJ Nº 63.335.608/0001-97.	2.603,50
D	AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA APLICAÇÃO E MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS.	ELION INDÚSTRIA E SERVIÇO LTDA CNPJ Nº 01.374.038/0001-97.	1.390,00
D	AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA VIATURA OFICIAL	F & R . PNEUS LTDA CNPJ Nº 07.670.899/0001-67.	2.360,00
D	AQUISIÇÃO DE BANDEIRAS	MAVELU SPORTS LTDA CNPJ Nº 02.641.030/0001-02.	2.490,85
D	INSCRIÇÃO NO CURSO "ELABORAÇÃO DE EDITAIS PARA AQUISIÇÃO NO SETOR PÚBLICO".	ESCOLA NACIONAL DE ADMIN. PÚBLICA – ENAP, UG 114702.	150,00
D	AQUISIÇÃO DE CARTUCHOS TIPO TONER	BRASIL JET PROD. PARA INFORMÁTICA LTDA – ME CNPJ Nº 04.339.359/0001-49.	1.030,00
D	AQUISIÇÃO DE 32 BATERIAS SELADAS PARA NO-BREAK.	DISBATER COMÉRCIO DE BATERIAS LTDA CNPJ Nº 06.199.635/0001-46.	1.200,00
D	INSCRIÇÃO NO CURSO "FORMAÇÃO DE PREGOEIROS: PREGÃO ELETRÔNICO".	ESCOLA NACIONAL DE ADMIN. PÚBLICA – ENAP UG 114702.	200,00
D	LAUDO DE AVALIAÇÃO DO VALOR VENAL DO IMÓVEL (ARF/SÃO RAIMUNDO NONATO/PI).	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CEF CNPJ Nº 00.360.305/0001-04.	3.420,00

UG 170387 - ALF/AIPM			
D	CURSO DE TIRO	CLUBE DE TIRO GUN HOUSE CNPJ –01.387.290/0001-30	3.000,00
D	MATERIAL DE EXPEDIENTE – CARTUCHOS E TONNERS	SUPRIMAX COMERCIAL LTDA CNPJ 00.466.084/0001-53	1.140,00
D	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE – ESCRITÓRIO	SUPRIMAX COMERCIAL LTDA CNPJ 00.466.084/0001-53	1.408,45
D	AQUISIÇÃO DE AÇUCAR, CAFÉ E COPOS DISCARTÁVEIS	SUPORTE COM. DE EQUIP. E ALIMENTOS LTDA CNPJ 03.200.346/0001-21	2.436,80
D	AQUISIÇÃO DE TONNERS PARA IMPRESSORAS	CIL COMERCIO DE INFORMÁTICA LTDA CNPJ 24.073.694/0001-55	2.768,08
D	AQUISIÇÃO DE TONNERS PARA IMPRESSORAS	SPI SERVIÇOS E PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA CNPJ 23.574.369/0001-35	915,00
D	CONFECÇÃO DE CARIMBOS, ENCADERNAÇÕES E CONFECÇÃO DE CHAVES	DICOM COMERCIO E SERVIÇOS LTDA CNPJ 72.314.024/0001-26	777,00
I	ASSINATURA DE PUBLICAÇÕES	VALDEMAR PIZZARRO LTDA CNPJ 41.997.685/0001-70	10.830,00
D	GARRAFÕES DE ÁGUA	DISBAM - ROBERTO PINTO FREIRE – ME CNPJ 04.635.530/0001-67	1.290,50
D	AQUISIÇÃO DE FRAGMENTADORAS DE PAPEL	FLA COMERCIAL LTDA CNPJ 05.218.102/0001-00	7.815,00
D	AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO EM GERAL	SOLUÇÃO COM. SERV. MOVEIS ESCRITORIO LTDA CNPJ 07.407.677/0001-98	7.802,00

2) RELAÇÃO DE CONTRATOS VIGENTES EM 2007

Nº DO CONTRATO	CONTRATADO (EMPRESA E CNPJ)	NATUREZA DE DESPESA	VALOR EXECUTADO (R\$)
----------------	-----------------------------	---------------------	-----------------------

UG 170028 - DRF/SÃO LUIS			
TA nº 05/2006(CONT. 03/2002) Vigência até 09/05/2007	EMBRATEL – TELECOMUNICACOES 33.530.486/0001-29	339039	20.445,10

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL
GABINETERUA BARÃO DE ARACATI, 909 - 4º ANDAR - CEP 60115-901 - ALDEOTA - FORTALEZA - CE
TEL. (085) 3878-3400 - FAX (85) 3878-3483

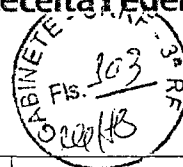
02/2007 Vigência 10/05/2007 até 09/05/2008	EMBRATEL - TELECOMUNICACOES 33.530.486/0001-29	339039	43.035,19
TA nº 03/2007 (CONT. 03/2005) Vigência até 31.12.2008	COPY SYSTEMS SIST. GRAFICOS LTDA ME 02.185.752/0001-08	339039	43.894,80
TA nº 03/2007 (CONT. 05/2005) Vigência até 31/12/2008	EPS-RECURSOS HUMANOS E SERVICOS LTDA 41.250.358/0001-50	339037	77.019,93
TA nº 02/2006 (CONT. 02/005) Vigência até 31.12.2007	RGV COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA 04.172.311/0001-99	339037	76.965,44
TA nº 03/2007 (CONT. 07/2005) Vigência até 31.12.2008	TELEMAR 33.000.118/0001-79	339039	50.834,9
04/2006 Vigência 17/11/2006 a 17/11/2007	ARMANDO CHAVES 012.796.103-87	339036	28.451,92
03/2006 Vigência 01/12/2006 a 01/12/2007	MARIA DO SOCORRO MOURA 180.363.253-49	339036	17.000,95
TA nº 01/2007 (CONT. 05/2006) Vigência até 11.12.2008	EMBRASERV-EMPRESA BRAS. DE SERV. LTDA 04.087.019/0001-78	339037	6.8727,69
01/2007 Vigência 01/01/2007 a 31/12/2007	ROMATUR VIAGENS 31.497.431/0001-39	339033	8.504,00
03/2007 Vigência até 24/08/2008	CONSTRUTORA FRANCISCO DUTRA LTDA 07200455/0001-08	339039	52.160,00
04/2007 Vigência até 14/12/2012	GIROFLEX S/A 56992902/0001-06	449052	229.427,70

UG 170030 - DRF/IMPERATRIZ

TA Nº 05/2006 (CONT. 05/2003) VIGÊNCIA ATÉ 31/12/2007	CLÓVIS SIMPLÍCIO DE ARAÚJO CPF: 258.841.403-63	339036	27.250,68
TA Nº 05/2006 (CONT. 06/2003) VIGÊNCIA ATÉ 31/12/2007	SERVIS SEGURANÇA LTDA CNPJ: 07.945.678/0005-10	339037	178.686,38
CONTRATO 02/2006 VIGÊNCIA ATÉ 31/12/2007	BABAÇU VIAGENS E TURISMO LTDA CNPJ: 11.319.217/0001-85	339033	101.147,40
TA Nº 03/2006 (CONT. 03/2004) VIGÊNCIA ATÉ 31/12/2007	LINA ROSA CNPJ: 86.850.971/0001-46	339039	95.357,40
TA Nº 01/2006 (CONT. 04/2005) VIGÊNCIA ATÉ 31/12/2007	SUPRIMAX SERVIÇOS GERAIS E COM. LTDA CNPJ: 05.902.023/0001-05	339037	94.477,44
TA Nº 01/2006 (CONT. 02/2005) VIGÊNCIA ATÉ 31/12/2007	TELEMAR NORTE LESTE S/A CNPJ: 33.000.118/0001-79	339039	49.254,99
TA Nº 01/2006 (CONT. 06/2005) VIGÊNCIA ATÉ 31/12/2007	BIG SERVICE - SERVIÇOS PRESTADOS LTDA CNPJ: 44.022.64	339037	20.400,00
TA Nº 01/2006 (CONT. 05/2005) VIGÊNCIA 31/12/2007	SUPRIMAX SERVIÇOS GERAIS CNPJ: 05.902.023/0001-05	339037	18.994,92
CONTRATO 01/2006 VIGÊNCIA ATÉ 31/12/2007	TRICOM ALLIANCE LTDA EPP COMÉRCIO CNPJ: 04699703/0001-00	339039	7.144,01
CONTRATO Nº 02/2007 TA Nº 01/2007 (CONT. 02/2007) Vigência até 10/10/2007	CONSTRULAJE ENGENHARIA LTDA CNPJ: 04.977.100/0001-23	339039	53.841,91

UG 170035 - DRF/TERESINA

TERMO ADITIVO Nº 01/2006 REF. CONTRATO 03/2005 JAN/MAI-2007	SEGURANÇA COM. DO PIAUI S.A. - SECOPI CNPJ Nº - 12.062.071/0001-06	339037	27.150,00
TERMO ADITIVO Nº 06/2007 REF. CONTRATO 03/2005 JUN/DEZ-2007	SEGURANÇA COM. DO PIAUI S.A. - SECOPI CNPJ Nº - 12.062.071/0001-06	339037	38.010,00

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL
GABINETERUA BARÃO DE ARACATI, 909 - 4º ANDAR - CEP 60115-901 - ALDEOTA - FORTALEZA - CE
TEL. (085) 3878-3400 - FAX (85) 3878-3483

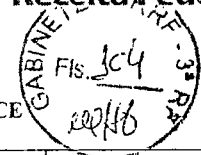
TERMO ADITIVO 02/2007 REF. CONTRATO 05/2005 Vigência até 31/12/2007	EMP. BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS CNPJ Nº - 34.028.316/0022-38	339039	6.488,25
TERMO ADITIVO 01/2007 - LOCAL REF. CONTRATO 07/2006 Vigência até 31/12/2007	TELEMAR NORTE LESTE S/A CNPJ Nº - 33.000.118/0001 - 77	339039	27.804,23
TERMO ADITIVO 05/2006 - LD REF. CONTRATO 06/2005 JAN/NOV-2007	TELEMAR NORTE LESTE S/A CNPJ Nº - 33.000.118/0001 - 77	339039	7.097,40
TERMO ADITIVO 07/2007 - LD REF. CONTRATO 06/2005 DEZ-2007	TELEMAR NORTE LESTE S/A CNPJ Nº - 33.000.118/0001 - 77	339039	935,89,
CONTRATO 02/2007 Vigência até 31/12/2007	DISTAK AGÊNCIA DE VIAGNES E TURISMO LTDA. CNPJ Nº 35.636.034/0001-51	339033	130.203,06
CONTRATO 09/2006 JAN/OUT-2007	MDAT SERVIÇOS E REPRES. (FOTOCOPIADORAS) CNPJ Nº 05.391.161/0001-77	339039	8.792,00
CONTRATO 04/2007 NOV/DEZ-2007	MDAT SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES CNPJ Nº 05.391.161/0001-77	339039	5.576,16
TERMO ADITIVO 04/2006 REF. CONTRATO 04/2004 Vigência até 31/12/2007	SERVI-SAN LTDA. (LIMPEZA DAS ARF's) CNPJ Nº - 06.855.175/0001-67	339037	58.344,00
CONTRATO 03/2007	CONSTRUÇÃO INCORP. E PLAN. LTDS. CNPJ Nº 09.586.496/0001-00	339039	37.994,81

UG 170040 – SUPERINTENDÊNCIA REC. FEDERAL – 03RF

TA nº 01/2007 (CONT. 10/2006) Vigência até 16/07/2008	FOCUS COM. SERV. LTDA CNPJ: 04.878.886/0001-21	339039	14.840,00
13/2007 Vigência até 16/10/2008	RADIOBRÁS CNPJ: 00.464.073/0001-34	339039	2.257,40
01/2007 Vigência até 31/12/2007	OPEN TOUR VIAGENS E TURISMO CNPJ: 12.190.625/0001-42	339033	493.554,13
08/2007 Vigência até 31/12/2007	ENCOM. E TRANSP. DE CARGAS PONTUAL LTDA CNPJ: 01.253.053/0001-87	339039	55.229,91
12/2007 Vigência até 31/12/2007	LIDERANÇA TRANSPORTES LTDA CNPJ: 40.796.658/0001-76	339039	4.324,75
09/2007 Vigência até 31/12/2007	POSTO ESPLANADA LTDA CNPJ: 07.563.638/0001-80	339030	27.565,75
11/2007 Vigência até 31/05/2008	TIM NORDESTE S/A CNPJ: 01.009.686/0079-04	339039	20.952,29
15/2005 Vigência até 30/11/2007	PENSE – INST. DE EDUCAÇÃO E CULTURA CNPJ: 02.300.343/0001-05	339039	5.908,35

UG 170041 - DRF/FORTALEZA

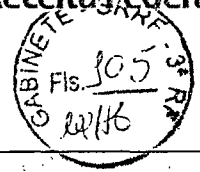
TA.1/2006 (Vig. até 31.08.07) e TA.2/2007 (vig. até 31.08.08) 05/2005	TELEMAR NORTE LESTE S/A CNPJ: 33.000.118/0001-79	339039	30.649,90
08/2004 TA. 2/2006 (Vig. até 31.12.07)	SERVNAC SEGURANÇA LTDA CNPJ: 12.285.169/0001-14	339037	134.109,82
05/2006 TA. 1/2006 (Vig. até a 31.12.07)	SERVNAC SEGURANÇA LTDA CNPJ: 12.285.169/0001-14	339037	58.733,64
01/2007 Vigência: 16.02.2007 a 21.02.2007	SERVNAC SEGURANÇA LTDA CNPJ: 12.285.169/0001-14	339039	5.937,16
04/2006 TA. 1/2006 (Vig. até 31.12.07)	ESPÓLIO DO SR. GERALDO RICARDO DA SILVEIRA CPF: 010.392.963-00	339036	4.698,00
02/2005 TA. 1/2006 (Vig. até 31.12.07)	SR. CARLOS VIANA CPF: 036.982.703-15	339036	10.006,68
09/2005 TA.1/2006 (Vig. até 16.06.07) TA.2/2007 (vig. até 16.06.08)	CONECTA EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS LTDA CNPJ: 02.736.051/0001-01	339039	52.900,00

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL
GABINETERUA BARÃO DE ARACATI, 909 – 4º ANDAR – CEP 60115-901 -ALDEOTA -FORTALEZA -CE
TEL. (085) 3878-3400 - FAX (85) 3878-3483

02/2007 Vigência: 05.07.2007 a 31.12.2007	CIL COMÉRCIO DE INFORMÁTICA LTDA CNPJ: 24.073.694/0001-55	339030	96.0000,00
04/2004 TA.1/2006 (Vig. até 31.03.07) TA.1/2007 (Vig. Até 31.03.08)	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS CNPJ: 34.028.316/0010-02	339039	10.222,19
09/2004 TA. 1/2006 (Vig. até 31.12.07)	SERVNAC SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA CNPJ: 12.285.169/0001-14	339037	81.516,99
05/2004 Vigência: até 08.06.2008	COPY SYSTEMS SISTEMAS GRÁFICOS LTDA CNPJ: 02.185.752/0001-08	339039	75.467,54
07/2005 Vigência: até 18.08.2009	COPY SYSTEMS SISTEMAS GRÁFICOS LTDA CNPJ: 02.185.752/0001-08	339039	42.859,02
02/2007 Vigência: 12.01.2007 a 31.12.2007	OPEN – TOUR VIAGENS E TURISMO LTDA CNPJ: 12.190.625/0001-42	339033	139.222,70
03/2007 Vigência: 03.08.2007 a 01.09.2007	CONSTRUTORA GUARAMIRANGA LTDA CNPJ: 07.059.262/0001-70	339039	12.153,72
04/2007 Vigência: 10.12.2007 a 24.01.2008	REMASTER TECNOLOGIA LTDA CNPJ: 01.801.658/0001-65	339039	143.280,00
05/2007 Vigência: 21.12.2007 a 31.12.2007	GIOM COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA CNPJ: 05.500.641/0001-29	449052	368.211,00
06/2007 Vigência: 28.12.2007 a 16.03.2008	JOSÉ ANTENOR VIANA COELHO CNPJ: 04.695.031/0001-65	449051	11.510,00

UG 170042 - DRF/JUAZEIRO DO NORTE			
TA nº 08/2007 (CONT. nº 03/2004) vigência até 31/12/2008	NORTH SEGURANÇA LTDA CNPJ: 86.960.598/0001-86	339037	235.366,80
TA nº 03/2007 (CONT. nº 10/2005) vigência até 26/06/2008	CONECTA EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS LTDA CNPJ: 02.736.051/0001-01	339039	17.320,80
TA nº 01/2007 (CONT. nº 01/2007) vigência até 31/12/2008	MIRA SERVIÇOS DE MÃO-DE-OBRA LTDA CNPJ: 07.858.898/0001-82	339037	20.631,12
TA nº 03/2007 (CONT. nº 05/2006) vigência até 31/12/2008	TELEMAR NORTE LESTE S/A CNPJ: 33.000.118/0001-79	339039	34.076,32
TA nº 07/2007 (CONT. nº 04/2004) vigência até 31/12/2008	FORTAL EMPREENDIMENTOS LTDA CNPJ: 03.807.885/0001-23	339037	161.522,27
TA nº 04/2008 (CONT. nº 04/2006) vigência até 31/12/2008	FORTAL EMPREENDIMENTOS LTDA CNPJ: 03.807.885/0001-23	339037	45.790,56
TA nº 04/2006 (CONT. nº 03/2003) vigência até 31/12/2007	EMPRESA BRAS. DE CORREIOS E TELÉGRAFOS CNPJ: 34.028.316/0010-02	339039	10.952,35
(CONT. nº 03/2007) vigência até 31/12/2007	OPEN TOUR VIAGENS E TURISMO LTDA CNPJ: 12.190.625/0001-42	339033	50.720,67

UG 170108 - ALF/PORTE/FORTALEZA			
CONTRATO 01/2005(VIGÊNCIA 31/12/2008)	GESTOR SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA CNPJ: 02 685 728/0001-20	339037	177.325,96
CONTRATO 03/2005(VIGÊNCIA 17/06/2008)	COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ CNPJ: 07 223 670/0001-16	339039	41.532,58
CONTRATO 05/2004(VIGÊNCIA 31/12/2008)	LOCABRÁS SEGURANÇA DE VALORES LTDA CNPJ: 12 215 075/0001-79	339037	311.869,58
CONTRATO 12/2005 (VIGÊNCIA 13/06/2008)	CONECTA EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS LTDA CNPJ: 02 736 051/0001-01	339039	13.752,06
CONTRATO 02/2005 (VIGÊNCIA 31/12/2008)	COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ CNPJ: 07 047 251/0001-70	339039	108.933,39
CONTRATO 04/2004 (VIGÊNCIA 31/12/2008)	ELEVADORES UNIÃO LTDA CNPJ: 01 682 395/0001-12	339039	5.320,62
CONTRATO 05/2007 (VIGÊNCIA 31/12/2007)	OPEN-TOUR VIAGENS E TURISMO LTDA CNPJ: 12 190 625/0001-42	339033	42.743,38

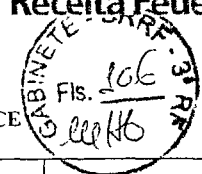
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL
GABINETERUA BARÃO DE ARACATI, 909 - 4º ANDAR - CEP 60115-901 - ALDEOTA - FORTALEZA - CE
TEL. (085) 3878-3400 - FAX (85) 3878-3483

UG 170225 - ALF/PORTO/SÃO LUIS			
Contrato nº 01/2007 Vigência até 31/12/2007	DIPLOMATA MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA CNPJ: 69.425.734/0003-80	339037	30.549,64
TA nº 02/2006 (Cont. nº 02/2005) Vigência até 31/12/2007	RGV COMERCIO E SERVICOS LTDA CNPJ: 04.172.311/0001-99	339037	12.405,22
Contrato nº 02/2007 Vigência até 09/05/2008	EMBRATEL CNPJ: 33.530.486/0001/29	339037	2.468,17
Contrato nº 01/2007a Vigência até 31/12/2007	ROMATUR VIAGENS E TURISMO LTDA CNPJ: 31.497431.0001-39	339033	70.851,12
Contrato nº 07/2005 Vigência até 31/12/2008	TELEMAR NORTE LESTE CNPJ: 33.000.118.0001-79	339039	15.427,55

UG 170330 - DRF/SOBRAL			
TA nº 02/2007 (Cont. nº 01/2007) Vigência até 31/12/2008	NORTH SEGURANÇA LTDA CNPJ 86.960.598/0001-86	339037	234.220,56
TA nº 01 (Cont. nº 02/2007) Vigência até 31/12/2008	ESUTA SERVIÇOS LTDA CNPJ 63.363.725/0001-64	339037	101.125,08
TA nº 02 (Cont. nº 02/2006) Vigência até nº 04/09/2008	PATRIMONIAL SERVIÇOS LTDA CNPJ 06.888.220/0001-80	339037	102.298,75
Contrato nº 04/2007. Vigência até 11/06/2008	TELEMAR NORTE LESTE CNPJ 33.000.118/0001-79	339039	12198,64
TA nº 01 (Cont. nº 03/2007) Vigência até 31/12/2008	COELCE COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO CE. CNPJ 07.047.251/0001-70	339039	238105,14
TA nº 05 (Cont. nº 04/2004) Vigência até 31/12/2008	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS CNPJ 34.028.316/0010-02	339039	11137,26
Contrato nº 06/2007 Vigência até 31/09/2008	ATLAS SCHINDLER LTDA CNPJ 00.028.986/0005-31	339039	300,00
Contrato nº 07/2007. Vigência até 09/10/2008	TERMUS SERVICE LTDA CNPJ 07.129.133/0001-01	339039	1.986,00
TA nº 02 (Cont. SRRF03 nº 11/2005) Vigência até 26/06/2008.	CONECTA EQUIPAMENTOS CNPJ 02.736.051/0001-01	339039	13.196,80
Contrato SRRF 03 nº 04/2007. Vigência até 31/12/2007	OPEN TOUR VIAGENS CNPJ 12.190.625/0001-42	339033	14314,44

UG 170337 - DRF/FLORIANO			
TA 06/2006 e TA 10/2007 (TC 04/2003) Vigência até 30/11/2008	BENEDITO DE CARVALHO VERAS, CPF Nº 047.289.393-91	339036	17.016,00
TA 01/2006 e 02/2007 (TC 03/2004) Vigência até 31/03/2008)	SERVI SAN LTDA., CNPJ Nº 06.855.175/0001-67	339037	72.798,00
TA 04/2006 e TA 06/2007 (TC 02/2005) Vigência até 30/06/2008	SEGURANÇA COMERCIAL DO PIAUÍ LTDA., CNPJ Nº 12.062.071/0001-06	339037	91.060,52
TA 03/2006 e TA 07/2007 (TC 04/2005) Vigência até 31/07/2008	SEGURANÇA COMERCIAL DO PIAUÍ LTDA., CNPJ Nº 12.062.071/0001-06	339037	84.341,28
TA 05/2007 (TC 06/2006) Vigência até 02/07/2008	ABMERVAL GOMES DIAS, CPF Nº 007.330.593-68	339036	8.759,94
TA 09/2007(TC 07/2006) Vigência até 27/08/2008	MICROSERV COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA., CNPJ Nº 73.852.873/0002-87	339039	8.979,60
01/2007 Vigência até 31/12/2007	PRIMEIRA CLASSE VIAGENS E TURISMO LTDA., CNPJ Nº 00.702.030/0001-40	339033	40.042,25
02/2007 Vigência até 09/09/2008	PROSERVICE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA., CNPJ Nº 05.322.019/0001-78	339037	11.161,60

UG 170387 - ALF/AIPM/FORTALEZA			
--------------------------------	--	--	--

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL
GABINETERUA BARÃO DE ARACATI, 909 – 4º ANDAR – CEP 60115-901 -ALDEOTA -FORTALEZA -CE
TEL. (085) 3878-3400 - FAX (85) 3878-3483

TA n.º 01/2006 e TA N.º 01/2007 (TC n.º 006/2005) Vigência até 02/10/2008	FUTURA – SERV. PROFISSIONAIS ADMINIST. LTDA CNPJ 06.234.467/0001-82	339037	24.147,48
TA n.º 01/2006 ao Contrato n.º 18/2003. Vigência 31/12/2007.	VMI – SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA CNPJ 05.293.074/0001-87	339039	32.814,84
Contrato n.º 006/2007. Vigência até 31/12/2007.	OPEN TOUR VIAGENS E TURISMO LTDA CNPJ 12.190+625/0001-42	339033	21.157,87
TA 01/2006 e TA 01/2007 ao Contrato n.º 013/2005. Vigência 15/06/2008	CONECTA EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS LTDA CNPJ 02.736.051/0001-01	339039	4.948,80

3) TREINAMENTOS REALIZADOS EM 2007.

Objetivando manter os servidores atualizados e inseridos no processo indispensável de aprendizagem contínua, com vistas a prestar serviços de excelência, em 2007 foram realizados treinamentos conforme grade abaixo. É importante ressaltar os esforços direcionados ao atendimento, notadamente quanto à matéria previdenciária em razão da Unificação.

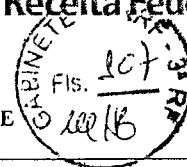
RELATÓRIO PROCAD 2008 - 3ª RF

Unidade	Identificação do Treinamento	Período	Nº Treinandos	Carga Horária	Valor Total
ALF/APM	MATERIAL E PATRIMÔNIO ADMINISTRAÇÃO ADMINISTRAÇÃO DE PATRIMÔNIO	11/12/2007 a 14/12/2007	1	24	1.490,00
ALF/APM Turma:1	PROCEDIMENTOS ADUANEIROS VIGILÂNCIA E REPRESSÃO CURSO DE TIRO	20/11/2007 a 20/11/2007	5	4	500,00
ALF/APM Turma:2	PROCEDIMENTOS ADUANEIROS VIGILÂNCIA E REPRESSÃO CURSO DE TIRO	20/11/2007 a 20/11/2007	4	4	500,00
ALF/APM Turma:3	PROCEDIMENTOS ADUANEIROS VIGILÂNCIA E REPRESSÃO CURSO DE TIRO	21/11/2007 a 21/11/2007	5	4	500,00
ALF/APM Turma:4	PROCEDIMENTOS ADUANEIROS VIGILÂNCIA E REPRESSÃO CURSO DE TIRO	21/11/2007 a 21/11/2007	5	4	500,00
ALF/APM Turma:5	PROCEDIMENTOS ADUANEIROS VIGILÂNCIA E REPRESSÃO CURSO DE TIRO	22/11/2007 a 22/11/2007	5	4	500,00
ALF/APM Turma:6	PROCEDIMENTOS ADUANEIROS VIGILÂNCIA E REPRESSÃO CURSO DE TIRO	11/12/2007 a 11/12/2007	1	4	500,00
TOTAL			26		4.490,00
ALF/FOR	FISCALIZAÇÃO ADUANEIRA HABILITAÇÃO E FISCALIZAÇÃO ADUANEIRA DE ZONA SECUNDÁRIA	21/08/2007 a 24/08/2007	1	28	3.591,84
TOTAL			1		3.591,84
ALF/SLS	FISCALIZAÇÃO ADUANEIRA HABILITAÇÃO E FISCALIZAÇÃO ADUANEIRA DE ZONA SECUNDÁRIA	21/08/2007 a 24/08/2007	1	28	3.132,84



SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL
GABINETE

RUA BARÃO DE ARACATI, 909 - 4º ANDAR - CEP 60115-901 - ALDEOTA - FORTALEZA - CE
TEL. (085) 3878-3400 - FAX (85) 3878-3483



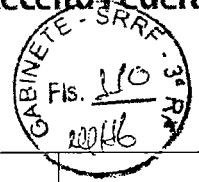
TOTAL			1		3.132,84
DRF/FLO	LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS ELABORAÇÃO DE EDITAIS PARA AQUISIÇÕES NO SETOR PÚBLICO	07/08/2007 a 08/08/2007	1	16	952,50
DRF/FLO	LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS FORMAÇÃO DE PREGOEIROS: PREGÃO ELETRÔNICO	07/11/2007 a 08/11/2007	1	16	1.369,92
DRF/FLO	CONTROLE E COBRANÇA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO - PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS RESTITUIÇÃO, RESSARCIMENTO E COMPENSAÇÃO	25/06/2007 a 29/06/2007	1	40	696,40
DRF/FLO	LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS PREGÃO ELETRÔNICO - CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO	27/03/2007 a 28/03/2007	1	16	1.430,97
TOTAL			4		4.449,79
DRF/FOR	LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS CURSO DE CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO DE PREGOEIROS	04/12/2007 a 05/12/2007	3	16	2.300,00
DRF/FOR	ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA IV SEMANA DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS	17/09/2007 a 22/09/2007	1	32	2.095,02
DRF/FOR	AÇÕES JUDICIAIS EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA	19/09/2007 a 05/12/2007	58	80	21.541,74
DRF/FOR	LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS GESTÃO DE CONTRATOS GESTÃO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS	20/06/2007 a 22/06/2007	2	24	2.400,00
DRF/FOR	ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE EDUCAÇÃO VOLTADA AO ATENDIMENTO ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE NA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL	23/11/2007 a 25/11/2007	62	14	21.048,92
DRF/FOR	CONTROLE E COBRANÇA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO - PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS SIEF / FISCEL - AÇÕES JUDICIAIS	26/03/2007 a 30/03/2007	24	20	0,00
DRF/FOR	CONTROLE E COBRANÇA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO - PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS SUB JUDICE	12/11/2007 a 14/11/2007	13	20	0,00
DRF/FOR Turma:1	INICIAÇÃO EM TECNOLOGIA APLICATIVOS: EDITOR DE TEXTOS, PLANILHA, SOFTWARE DE APRESENTAÇÃO, BANCO DE DADOS CURSO DE EXCEL	05/11/2007 a 06/11/2007	15	16	0,00

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL
GABINETERUA BARÃO DE ARACATI, 909 - 4º ANDAR - CEP 60115-901 - ALDEOTA - FORTALEZA - CE
TEL. (085) 3878-3400 - FAX (85) 3878-3483

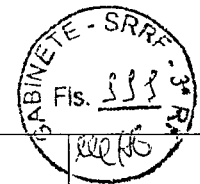
DRF/FOR Turma:1	INICIAÇÃO EM TECNOLOGIA APLICATIVOS: EDITOR DE TEXTOS, PLANILHA, SOFTWARE DE APRESENTAÇÃO, BANCO DE DADOS NOÇÃO BÁSICA DE WORD, EXCEL E NOTES	12/03/2007 a 16/03/2007	14	20	0,00
DRF/FOR Turma:1	CONTROLE E COBRANÇA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO - PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS SISTEMA CONTROLE DE PROCESSOS FISCAIS	15/10/2007 a 15/10/2007	13	3	0,00
DRF/FOR Turma:1	CONTROLE E COBRANÇA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO - PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS SISTEMA CONTROLE DE PROCESSOS FISCAIS	17/10/2007 a 17/10/2007	30	8	0,00
DRF/FOR Turma:2	INICIAÇÃO EM TECNOLOGIA APLICATIVOS: EDITOR DE TEXTOS, PLANILHA, SOFTWARE DE APRESENTAÇÃO, BANCO DE DADOS CURSO DE EXCEL	07/11/2007 a 08/11/2007	15	16	0,00
DRF/FOR Turma:2	INICIAÇÃO EM TECNOLOGIA APLICATIVOS: EDITOR DE TEXTOS, PLANILHA, SOFTWARE DE APRESENTAÇÃO, BANCO DE DADOS NOÇÃO BÁSICA DE WORD, EXCEL E NOTES	12/03/2007 a 16/03/2007	12	20	0,00
DRF/FOR Turma:2	CONTROLE E COBRANÇA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO - PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS SISTEMA CONTROLE DE PROCESSOS FISCAIS	15/10/2007 a 15/10/2007	29	3	0,00
DRF/FOR Turma:2	CONTROLE E COBRANÇA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO - PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS SISTEMA CONTROLE DE PROCESSOS FISCAIS	18/10/2007 a 18/10/2007	24	8	0,00
DRF/FOR Turma:3	CONTROLE E COBRANÇA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO - PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS SISTEMA CONTROLE DE PROCESSOS FISCAIS	16/10/2007 a 16/10/2007	26	3	0,00
DRF/FOR Turma:3	CONTROLE E COBRANÇA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO - PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS SISTEMA CONTROLE DE PROCESSOS FISCAIS	19/10/2007 a 19/10/2007	27	8	0,00
DRF/FOR Turma:4	CONTROLE E COBRANÇA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO - PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS SISTEMA CONTROLE DE PROCESSOS FISCAIS	16/10/2007 a 16/10/2007	29	3	0,00
TOTAL			397		49.385,68

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL
GABINETERUA BARÃO DE ARACATI, 909 - 4º ANDAR - CEP 60115-901 - ALDEOTA - FORTALEZA - CE
TEL. (085) 3878-3400 - FAX (85) 3878-3483

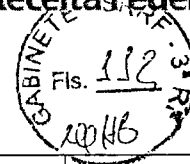
DRF/IMP	DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS LIDERANÇA E TRABALHO EM EQUIPE 3º SEMINÁRIO DA DRF/IMP/MA	30/11/2007 a 01/12/2007	29	10	6.115,92
TOTAL			29		6.115,92
DRF/JNE	ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE EDUCAÇÃO VOLTADA AO ATENDIMENTO RELACIONAMENTOS PRODUTIVOS	06/11/2007 a 08/11/2007	14	24	4.855,19
DRF/JNE	ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE	08/10/2007 a 11/10/2007	7	12	0,00
DRF/JNE	LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS LEGISLAÇÃO E PROCEDIMENTOS IV SEMANA DA ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS	17/09/2007 a 22/09/2007	2	44	2.115,19
TOTAL			23		6.970,38
DRF/SLS	COBRANÇA AUTOMÁTICA ATUALIZAÇÃO GFIP	06/09/2007 a 06/09/2007	22	4	0,00
DRF/SLS	ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE	07/05/2007 a 08/05/2007	20	8	0,00
DRF/SLS	SISTEMAS INFORMATIZADOS PREVIDENCIÁRIOS MANUTENÇÃO DE CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS	10/12/2007 a 11/12/2007	16	16	1.861,53
DRF/SLS	CONTROLE E COBRANÇA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO - PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS RESTITUIÇÃO, RESSARCIMENTO E COMPENSAÇÃO	11/06/2007 a 13/06/2007	15	24	0,00
DRF/SLS	CONTROLE E COBRANÇA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO - PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS PARCELAMENTO DE DÉBITOS PARCELAMENTO E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	12/12/2007 a 14/12/2007	11	24	2.416,66
DRF/SLS	LEGISLAÇÃO - ATUALIZAÇÃO TRIBUTOS FEDERAIS	13/09/2007 a 14/09/2007	29	16	0,00
DRF/SLS	LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS LEGISLAÇÃO E PROCEDIMENTOS CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO DE PREGOEIRO E REGISTRO DE PREÇOS	14/08/2007 a 15/08/2007	1	12	985,00
DRF/SLS	CONTROLE E COBRANÇA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO - PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS (SIEF)	17/09/2007 a 20/09/2007	26	28	0,00
DRF/SLS	ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	17/09/2007 a 22/09/2007	1	44	3.398,95

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL
GABINETERUA BARÃO DE ARACATI, 909 - 4º ANDAR - CEP 60115-901 - ALDEOTA - FORTALEZA - CE
TEL. (085) 3878-3400 - FAX (85) 3878-3483

DRF/SLS	CONTROLE E COBRANÇA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO - PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS SISTEMA CONTROLE DE PROCESSOS FISCAIS	19/11/2007 a 20/11/2007	8	16	0,00
DRF/SLS	SISTEMAS DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS (SIAPE) CÁLCULOS DE PASSIVOS E FOLHA DE PAGAMENTO, APOSENTADORIA E PENSÕES	20/11/2007 a 23/11/2007	2	32	5.843,34
DRF/SLS	TÉCNICAS E SISTEMAS INFORMATIZADOS DE ARRECADAÇÃO COBRANÇA AUTOMÁTICA GFIP X GPS	20/12/2007 a 21/12/2007	17	16	1.925,48
DRF/SLS	LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS LEGISLAÇÃO E PROCEDIMENTOS	22/10/2007 a 24/10/2007	1	20	1.290,00
DRF/SLS	CONTROLE E COBRANÇA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO - PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS DECLARAÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES E TRIBUTOS FEDERAIS (DCTF) DECLARAÇÕES DE INFORMAÇÕES FISCAIS DA PJ	22/11/2007 a 23/11/2007	22	16	0,00
DRF/SLS	SIMPLES	25/06/2007 a 26/06/2007	20	16	5.207,67
DRF/SLS	SISTEMAS INFORMATIZADOS PREVIDENCIÁRIOS	27/09/2007 a 28/09/2007	20	16	0,00
DRF/SLS	CADASTRO NACIONAL DE PESSOAS JURÍDICAS (CNPJ)	28/11/2007 a 29/11/2007	8	8	0,00
DRF/SLS Turma:1	SISTEMAS INFORMATIZADOS PREVIDENCIÁRIOS	17/12/2007 a 19/12/2007	6	12	0,00
DRF/SLS Turma:1	ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE-TREINAMENTO DE INTEGRAÇÃO DA RFB	21/05/2007 a 25/05/2007	24	40	0,00
DRF/SLS Turma:1	SISTEMAS INFORMATIZADOS PREVIDENCIÁRIOS DECLARAÇÃO E INFORMAÇÃO SOBRE OBRA DISO WEB	24/09/2007 a 24/09/2007	14	8	2.057,53
DRF/SLS Turma:1	CONTROLE E COBRANÇA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO - PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS PARCELAMENTO DE DÉBITOS	28/05/2007 a 29/05/2007	19	16	2.625,16
DRF/SLS Turma:2	SISTEMAS INFORMATIZADOS PREVIDENCIÁRIOS	17/12/2007 a 19/12/2007	12	24	3.228,96
DRF/SLS Turma:2	ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE-TREINAMENTO DE INTEGRAÇÃO DA RFB	21/05/2007 a 25/05/2007	36	20	0,00

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL
GABINETERUA BARÃO DE ARACATI, 909 - 4º ANDAR - CEP 60115-901 - ALDEOTA - FORTALEZA - CE
TEL. (085) 3878-3400 - FAX (85) 3878-3483

DRF/SLS Turma:2	SISTEMAS INFORMATIZADOS PREVIDENCIÁRIOS DECLARAÇÃO E INFORMAÇÃO SOBRE OBRA DISO WEB	25/09/2007 a 26/09/2007	11	8	0,00
DRF/SLS Turma:2	CONTROLE E COBRANÇA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO - PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS PARCELAMENTO DE DÉBITOS	30/05/2007 a 31/05/2007	20	16	2.305,62
DRF/SLS Turma:3	SISTEMAS INFORMATIZADOS PREVIDENCIÁRIOS DECLARAÇÃO E INFORMAÇÃO SOBRE OBRA DISO WEB	25/09/2007 a 26/09/2007	17	8	0,00
TOTAL			398		33.145,90
DRF/SOB	ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE CAPACITAÇÃO EM LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	13/11/2007 a 14/11/2007	14	16	3.326,08
DRF/SOB	ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA IV SEMANA DA ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTARIA FINANCEIRA	17/09/2007 a 22/09/2007	1	48	3.587,61
DRF/SOB	LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS GESTÃO DE CONTRATOS FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS E GESTÃO DA PLANILHA DE PREÇOS NOS SERVIÇOS CONTINUOS	18/09/2007 a 21/09/2007	2	24	4.155,35
DRF/SOB	CONTROLE E COBRANÇA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO - PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS RESTITUIÇÃO, RESSARCIMENTO E COMPENSAÇÃO	25/06/2007 a 29/06/2007	15	40	1.659,60
DRF/SOB	CONTROLE E COBRANÇA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO - PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS RESTITUIÇÃO, RESSARCIMENTO E COMPENSAÇÃO	25/06/2007 a 29/06/2007	14	40	1.659,60
DRF/SOB	MATERIAL E PATRIMÔNIO ADMINISTRAÇÃO GESTAO DE ALMOXARIFADO E PATRIMONIO	25/10/2007 a 26/10/2007	1	16	1.684,00
DRF/SOB	CONTROLE E COBRANÇA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO - PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS (SIEF) PROCESSOS SIEF PROCESSOS	27/03/2007 a 30/03/2007	16	28	2.594,20
DRF/SOB	LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS GESTÃO DE CONTRATOS PREGAO ELETRONICO - CAPACITACAO E APERFEICOAMENTO	28/08/2007 a 29/08/2007	2	12	2.703,75
TOTAL			65		21.370,19

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL
GABINETERUA BARÃO DE ARACATI, 909 - 4º ANDAR - CEP 60115-901 - ALDEOTA - FORTALEZA - CE
TEL. (085) 3878-3400 - FAX (85) 3878-3483

DRF/TSA	INFORMÁTICA MICROSOFT OFFICE EXCEL EXCEL	16/04/2007 a 20/04/2007	7	20	0,00
DRF/TSA	SISTEMAS DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS (SIAPE) CÁLCULOS DE PASSIVOS E FOLHA DE PAGAMENTO	20/11/2007 a 23/11/2007	1	32	2.616,97
DRF/TSA	ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA CURSO BÁSICO	29/10/2007 a 01/11/2007	1	32	1.040,77
DRF/TSA	LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO	22/10/2007 a 24/10/2007	1	24	3.001,07
DRF/TSA	EDUCAÇÃO FISCAL 38º REUNIÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO FISCAL	26/11/2007 a 30/11/2007	6	40	6.447,47
DRF/TSA Turma:1	SISTEMAS INFORMATIZADOS PREVIDENCIÁRIOS PARCELAMENTO DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	17/09/2007 a 21/09/2007	16	20	4.335,26
DRF/TSA Turma:1	TÉCNICAS E SISTEMAS INFORMATIZADOS DE ARRECADAÇÃO COBRANÇA AUTOMÁTICA GFIP X GPS	27/08/2007 a 31/08/2007	27	40	4.335,26
DRF/TSA Turma:2	SISTEMAS INFORMATIZADOS PREVIDENCIÁRIOS PARCELAMENTO DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	17/09/2007 a 21/09/2007	21	20	0,00
DRF/TSA Turma:2	TÉCNICAS E SISTEMAS INFORMATIZADOS DE ARRECADAÇÃO COBRANÇA AUTOMÁTICA GFIP X GPS	27/08/2007 a 31/08/2007	22	40	0,00
TOTAL			102		21.776,80
SRRF 03	LEGISLAÇÃO - ATUALIZAÇÃO ATUALIZAÇÃO DE LEGISLAÇÃO E PROCEDIMENTOS COM PARTE PRÁTICA EM SISTEMAS	02/07/2007 a 04/07/2007	19	24	5.988,35
SRRF 03	SISTEMAS DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS SISTEMA DE CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS (SISCAD) SISCAD	03/12/2007 a 07/12/2007	13	36	12.850,65
SRRF 03	SUPOORTE À EXECUÇÃO DA ATIVIDADE FISCAL - AUDITORIA	04/06/2007 a 05/06/2007	2	16	1.210,86

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL
GABINETERUA BARÃO DE ARACATI, 909 - 4º ANDAR - CEP 60115-901 - ALDEOTA - FORTALEZA - CE
TEL. (085) 3878-3400 - FAX (85) 3878-3483

SRRF 03	CONTROLE E COBRANÇA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO - PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS RESTITUIÇÃO, RESSARCIMENTO E COMPENSAÇÃO RESSARCIMENTO, RESTITUIÇÃO E COMPENSAÇÃO	05/11/2007 a 09/11/2007	33	40	14.374,11
SRRF 03	LÍNGUA ESTRANGEIRA ESPANHOL ESPANHOL	06/03/2007 a 30/11/2007	16	96	5.054,67
SRRF 03	MATERIAL E PATRIMÔNIO ADMINISTRAÇÃO SISTEMA SIADS - MATERIAL DE CONSUMO	06/08/2007 a 10/08/2007	23	40	15.877,46
SRRF 03	ADMINISTRADOR LOTUS/DOMINO MANUTENÇÃO DO AMBIENTE NOTES	08/05/2007 a 10/05/2007	17	24	7.372,32
SRRF 03	CADASTRADOR CADASTRAMENTO E HABILITAÇÕES NOS SISTEMAS PREVIDENCIÁRIOS	08/10/2007 a 10/10/2007	15	24	6.004,04
SRRF 03	EDUCAÇÃO FISCAL EDUCAÇÃO FISCAL	08/10/2007 a 11/10/2007	35	32	11.013,59
SRRF 03	CONTROLE E COBRANÇA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO - PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS CRÉDITO TRIBUTÁRIO CRÉDITO TRIBUTÁRIO - SUB JUDICE	11/06/2007 a 15/06/2007	27	40	14.482,69
SRRF 03	LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS LEGISLAÇÃO E PROCEDIMENTOS CONTRATAÇÕES DIRETAS - S/LICITAÇÃO, DISPENSA E INEXIGIBILIDADE /COM. LICITAÇÃO, PREGOEIROS E EQUIPE	13/06/2007 a 14/06/2007	1	16	1.076,44
SRRF 03	SISTEMAS DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS SISTEMA ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS (SIARH) ORGANIZAÇÃO PÚBLICAS II FÓRUM - 2007	13/11/2007 a 14/11/2007	2	12	0,00
SRRF 03	CONTROLE E COBRANÇA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO - PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS PARCELAMENTO DE DÉBITOS PARCELAMENTO DE DÉBITOS	14/03/2007 a 16/03/2007	17	24	6.238,62
SRRF 03	ACOMPANHAMENTO, PREVISÃO E ANÁLISE DA ARRECADAÇÃO ACOMPANHAMENTO DE MAIORES CONTRIBUINTES FERRAMENTAS E LEGISLAÇÃO DE APOIO AO ACOMPANHAMENTO DOS CONTRIBUINTES DIFERENCIADOS	15/10/2007 a 18/10/2007	18	32	5.328,65
SRRF 03	SUORTE À EXECUÇÃO DA ATIVIDADE FISCAL - AUDITORIA FISCALIZAÇÃO PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA SUORTE À EXECUÇÃO DA ATIVIDADE FISCAL - SISTEMA SAPLI	16/08/2007 a 17/08/2007	19	16	3.943,16

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL
GABINETERUA BARÃO DE ARACATI, 909 - 4º ANDAR - CEP 60115-901 - ALDEOTA - FORTALEZA - CE
TEL. (085) 3878-3400 - FAX (85) 3878-3483

SRRF 03	PROGRAMA NACIONAL DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL (PITR) MALHA ITR	17/09/2007 a 21/09/2007	10	32	9.084,77
SRRF 03	ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA IV SEMANA DA ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA FINANCEIRA	17/09/2007 a 22/09/2007	2	48	4.418,18
SRRF 03	SISTEMAS INFORMATIZADOS PREVIDENCIÁRIOS LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL E APLICATIVO DISOWEB	17/12/2007 a 19/12/2007	53	24	22.903,07
SRRF 03	ADMINISTRADOR LOTUS/DOMINO TREINAMENTO LOTUS/DOMINO	18/06/2007 a 19/06/2007	14	16	0,00
SRRF 03	SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO CADASTRO/CADASTRAMENTO E HABILITAÇÃO GESTOR DE SEGURANÇA	18/09/2007 a 20/09/2007	2	24	5.090,24
SRRF 03	LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS LEGISLAÇÃO E PROCEDIMENTOS II CONGRESSO BRASILEIRO DE PREGOEIROS	19/03/2007 a 22/03/2007	3	26	14.189,13
SRRF 03	ACOMPANHAMENTO, PREVISÃO E ANÁLISE DA ARRECADAÇÃO ACOMPANHAMENTO DE MAIORES CONTRIBUINTES MONITORAMENTO DOS GRANDES CONTRIBUINTES - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA.	19/06/2007 a 21/06/2007	5	24	3.730,91
SRRF 03	LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS GESTÃO DE CONTRATOS GESTÃO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS	20/06/2007 a 22/06/2007	5	24	3.822,30
SRRF 03	TÉCNICAS E SISTEMAS INFORMATIZADOS DE ARRECADAÇÃO - COBRANÇA AUTOMÁTICA GFIP X GPS	20/08/2007 a 22/08/2007	18	24	12.291,49
SRRF 03	CONTROLE E COBRANÇA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO - PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS CRÉDITO TRIBUTÁRIO NOÇÕES DE GFIP E SISTEMAS PREVIDENCIÁRIOS	20/11/2007 a 23/11/2007	22	32	5.914,24
SRRF 03	SISTEMAS DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS (SIAPE) CÁLCULOS DE PASSIVOS E FOLHA DE PAGAMENTO	20/11/2007 a 23/11/2007	3	32	4.800,00

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL
GABINETERUA BARÃO DE ARACATI, 909 - 4º ANDAR - CEP 60115-901 - ALDEOTA - FORTALEZA - CE
TEL. (085) 3878-3400 - FAX (85) 3878-3483

SRRF 03	SISTEMAS DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS SISTEMA ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS (SIARH) QUESTÕES RELEVANTES E ATUAIS SOBRE SERVIDORES PÚBLICOS	22/05/2007 a 23/05/2007	3	16	3.870,00
SRRF 03	SISTEMAS DE SUPORTE À EXECUÇÃO DA ATIVIDADE FISCAL AUDITA CONTÁBIL SISTEMA AUDCON	24/10/2007 a 26/10/2007	24	20	5.460,16
SRRF 03	SISTEMAS INFORMATIZADOS PREVIDENCIÁRIOS DISO WEB	25/06/2007 a 26/06/2007	29	16	15.153,60
SRRF 03	LEGISLAÇÃO - ATUALIZAÇÃO ATUALIZAÇÃO EM LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA	29/05/2007 a 31/05/2007	36	20	7.960,67
SRRF 03	ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA CURSO BÁSICO	29/10/2007 a 01/11/2007	25	32	15.312,91
SRRF 03	CONTROLE E COBRANÇA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO - PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS PARCELAMENTO DE DÉBITOS PARCELAMENTO PREVIDENCIÁRIO	29/10/2007 a 01/11/2007	12	32	8.128,15
SRRF 03	ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE (REDARF)	09/04/2007 a 11/04/2007	21	16	10.487,76
SRRF 03	CONTROLE E COBRANÇA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO - PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS CRÉDITO TRIBUTÁRIO ISENÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	23/08/2007 a 24/08/2007	19	16	12.378,96
SRRF 03	ACOMPANHAMENTO, PREVISÃO E ANÁLISE DA ARRECADAÇÃO ACOMPANHAMENTO DE MAIORES CONTRIBUINTE AÇÕES JUDICIAIS - PLANILHAS E FÓRMULAS DE CÁLCULO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO SUB-JÚDICE	27/08/2007 a 29/08/2007	18	24	2.837,80
SRRF 03 0028/2007 Módulo: 1 Turma:1	SISTEMAS DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS (SIAPE) SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS(SIAPE) - SIAPE/SIAPECAD	10/09/2007 a 14/09/2007	20	40	17.168,97
SRRF 03 1 Turma:2	PROGRAMA NACIONAL DO IMPOSTO DE RENDA - PIR PESSOA FÍSICA (PIR PF) - ATUALIZAÇÃO PIR PESSOA FÍSICA	08/03/2007 a 09/03/2007	30	12	0,00

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL
GABINETERUA BARÃO DE ARACATI, 909 - 4º ANDAR - CEP 60115-901 - ALDEOTA - FORTALEZA - CE
TEL. (085) 3878-3400 - FAX (85) 3878-3483

SRRF 03 Módulo: 1	SISTEMAS INFORMATIZADOS DA SRF CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA	27/08/2007 a 31/08/2007	16	40	5.694,24
SRRF 03 Módulo: 2	SISTEMAS INFORMATIZADOS DA SRF CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA	27/08/2007 a 31/08/2007	18	20	0,00
SRRF 03 Turma:1	PROGRAMA NACIONAL DO IMPOSTO DE RENDA - PIR PESSOA JURÍDICA (PIR PJ) - ATUALIZAÇÃO	07/05/2007 a 08/05/2007	76	16	22.254,32
SRRF 03 Turma:1	PROGRAMA NACIONAL DO IMPOSTO DE RENDA - PIR PESSOA FÍSICA (PIR PF) - ATUALIZAÇÃO PIR PESSOA FÍSICA	08/03/2007 a 09/03/2007	70	12	19.665,46
SRRF 03 Turma:1	PROGRAMA NACIONAL DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL (PITR) ATUALIZAÇÃO - ITR/2007	16/08/2007 a 17/08/2007	26	12	14.916,88
SRRF 03 Turma:2	PROGRAMA NACIONAL DO IMPOSTO DE RENDA - PIR PESSOA JURÍDICA (PIR PJ) - ATUALIZAÇÃO	15/05/2007 a 16/05/2007	39	16	0,00
SRRF 03 Turma:2	PROGRAMA NACIONAL DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL (PITR) ATUALIZAÇÃO - ITR/2007	16/08/2007 a 17/08/2007	27	12	0,00
SRRF 03 Turma:3	PROGRAMA NACIONAL DO IMPOSTO DE RENDA - PIR PESSOA FÍSICA (PIR PF) - ATUALIZAÇÃO PIR PESSOA FÍSICA	08/03/2007 a 09/03/2007	31	12	0,00
SRRF 03 Turma:3	PROGRAMA NACIONAL DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL (PITR) ATUALIZAÇÃO - ITR/2007	09/08/2007 a 17/08/2007	21	12	0,00
SRRF 03 Turma:3	PROGRAMA NACIONAL DO IMPOSTO DE RENDA - PIR PESSOA JURÍDICA (PIR PJ) - ATUALIZAÇÃO	10/05/2007 a 11/05/2007	24	16	0,00
TOTAL			979		358.349,82
TOTAL GERAL			2025		512.779,16

TOMADA DE CONSTAS ESPECIAIS – Valores Inferiores (Item 14 do Anexo II da DN-TCU-85/2007).

SEM INFORMAÇÃO PARA ESTE ITEM.